



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Juliana Ramos Dumont

A relação dialética Estado-Sociedade no Brasil: reflexões a partir da reconfiguração das relações da classe burguesa no Brasil a partir de 2013.

Brasília - DF

2024

Juliana Ramos Dumont

A relação dialética Estado-Sociedade no Brasil: reflexões a partir da reconfiguração das relações da classe burguesa no Brasil a partir de 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.(a) Liliam dos Reis Souza Santos

Brasília

2024

Juliana Ramos Dumont

A relação dialética Estado-Sociedade no Brasil: reflexões a partir da reconfiguração das relações da classe burguesa no Brasil a partir de 2013.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.
Professora Orientadora: Liliam dos Reis Souza Santos.

Data da aprovação: 20/09/2024

Banca examinadora

Liliam dos Reis Souza Santos — Orientador
Doutora em Política Social
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB)

Camila Potyara Pereira — Membro da Banca
Doutora em Política Social
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB)

Isabela Ramos Ribeiro — Membro da Banca
Doutora em Política Social
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB)

*Dedico este trabalho aos meus pais, que
correram maratonas sob o sol para que eu
pudesse caminhar tranquilamente pela sombra.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a espiritualidade e todas as forças que me trouxeram até aqui.

Agradeço ao meu pai, por me permitir todo o conforto, por me incentivar e sempre acreditar em mim, me permitindo criar confiança suficiente para que eu pudesse cair quantas vezes fosse necessário. Agradeço a minha mãe, pois sem sua presença reconfortante e paciência, esse trabalho jamais seria possível. Mamãe, obrigada por colocar penas nas minhas asas por toda a minha vida e me ensinar a voar com todo seu amor, espero que esse trabalho possa ser a minha força, a sua e de todas as mulheres que vieram antes de nós. Obrigada por me apoiar e quebrar ciclos viciosos de gerações passadas para que eu pudesse ser uma mulher confiante para me reerguer e para sonhar.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial, PET SER, pela bolsa, mas principalmente por me permitir criar pesquisa e mudar para sempre minha carreira acadêmica. Agradeço principalmente por Kessya, Raíssa, Joasley, Ariane e Maria Eduarda pela amizade durante meu período com o grupo.

Agradeço ao grupo NEPOS e minha orientadora, Doutora Liliam dos Reis pela orientação neste TCC, no PIBIC e no grupo de pesquisa, me permitindo evoluir academicamente de maneiras que sozinha não poderia.

Agradeço aos meus queridos amigos do grupo “Barzin” pela companhia durante a graduação e por me encherem de tanta esperança com nossa futura profissão, para que possamos seguir com nosso projeto ético político em busca de uma sociedade melhor. Obrigada Ariane, Camilla, Giovanna, Joasley, Julia, Larissa, Mauricio, Kamilla, Nayana, Raíssa, Suianny e Thaís.

Agradeço aos meus amigos Luiz, Maria, Gabriel, Lolo e Robert, que cada um à sua maneira me demonstrou carinho e apoio, além de me darem forças e distrações nos dias difíceis.

Agradeço a minha amiga Thays, por dez anos de companhia e por me acompanhar em todos os meus momentos de dúvida durante esse processo, pelo apoio constante e por me ensinar a preciosidade das amizades femininas.

Agradeço a minha amiga Karen pela amizade incontestável que sempre me enche de forças, por estar ao meu lado independente do tempo e da distância, sempre me encontrando no fim iluminado do túnel.

Agradeço ao meu amor, Guilherme, pela paciência e por acreditar em mim mil vezes mais do que eu poderia acreditar, obrigada pela doçura e pelo amor.

Por fim, agradeço a Universidade de Brasília, que foi tão sonhada por mim e minha companheira por anos turbulentos de pandemia e de muitos sonhos e inspirações, se tornando minha segunda casa por tantos anos.

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.

(Karl Marx, Teses sobre Feuerbach)

RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propomos um estudo das relações sociais da burguesia por meio de uma análise de classes e Estado, com foco nas Jornadas de junho de 2013, com o objetivo de mapear possíveis entidades burguesas que podem ter surgido após as manifestações do ano de 2013. Por meio de uma análise materialista histórico-dialética, a pesquisa focou em verificar entidades burguesas tradicionais, além de investigar instituições novas, concluindo o não surgimento de novas entidades, contudo, a criação de movimentos significativos como o Movimento Brasil Livre. Por fim, o trabalho analisou as mudanças de governo, impactadas pela crise da hegemonia e da autocracia burguesa.

Palavras-chave: Burguesia; Jornadas de junho de 2013, autocracia burguesa; Estado.

ABSTRACT

In this Course Conclusion Paper (CCP), we propose a study of the social relations of the bourgeoisie through an analysis of classes and the State, focusing on the June 2013 Journeys, with the aim of mapping possible bourgeois entities that may have emerged after the demonstrations of the year 2013. Through a historical-dialectical materialist analysis, the research focused on verifying traditional bourgeois entities, as well as investigating new institutions, concluding that no new entities emerged, but that significant movements such as the Free Brazil Movement were created. Finally, the work analyzed changes in government, impacted by the crisis of hegemony and bourgeois autocracy.

Keywords: Bourgeoisie; June 2013 Journeys, bourgeois autocracy; State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Objetivos	1
3	
Geral	13
Específicos	13
PERCURSO METODOLÓGICO	14
CAPÍTULO I – As categorias Classe Social e Estado em reflexão no Ocidente	1
6	
1.1. A categoria classe social e Estado em análise	16
1.1.1 <i>Classes sociais</i>	16
1.1.2 <i>Estado</i>	19
1.2 Das primeiras sociedades a antiguidades	21
1.3 Do feudalismo à Revolução Industrial e os primeiros passos do capitalismo	23
1.4 O império capitalista e os anos gloriosos da acumulação capitalista	30
1.5 A ascensão do projeto neoliberal	34
CAPÍTULO II - CLASSES SOCIAIS E ESTADO NO BRASIL	37
2.1 Período colonial e a formação do capitalismo dependente e as particularidades do poder político brasileiro	37
2.2 A dominação burguesa no Brasil entre 1930 a 1988	37
2.3 A reorganização da classe burguesa brasileira no contexto redemocrático: Fernando Henrique Cardoso a Lula (1995 a 2010)	41
2.4 Crise e novas estratégias da dominação burguesa no Brasil a partir de 2010	43
2.5 As jornadas de junho de 2013 e novas configurações da dominação burguesa no Brasil	44

CAPÍTULO III - AS JORNADAS DE JUNHO E AS INSTITUIÇÕES BURGUESAS	46
3.1 Exposição da pesquisa	46
3.1.1 <i>Levantamento de instituições burguesas criadas a partir de 2013 no Brasil</i>	46
3.2 As instituições burguesas consolidadas no Brasil	49
3.2.1 <i>Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA)</i>	50
3.2.2 <i>Confederação Nacional da Indústria (CNI)</i>	51
3.2.3 <i>Federação Brasileira de Bancos (Febraban)</i>	54
3.3 Instituições consolidadas depois da redemocratização	55
3.3.1 <i>Instituto Millenium</i>	55
3.3.2 <i>Instituto Liberal</i>	55
3.3.3 <i>Instituto Von Mises</i>	59
3.4 Confluência de agendas	56
3.5 Resultados da pesquisa - a inserção da agenda neoliberal à estrutura institucional do Estado brasileiro	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
Referências bibliográficas	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho situa-se na temática Classes Sociais e Estado, com ênfase na formação e configuração atual da burguesia enquanto classe dominante no Brasil, refletindo sobre sua constituição histórica, suas estratégias de organização no contexto contemporâneo tendo por marco as jornadas de 2013 e como estas pautas têm sido inseridas na agenda do Estado brasileiro na atualidade.

Esta temática é densa, complexa e permeada por compreensões teórico-metodológicas rivais, por isso carece de delimitação histórica e conceitual. Assim, partiremos da definição conceitual a partir do referencial teórico metodológico materialista histórico-dialético, que define classes sociais como relações sociais antagônicas entre grupos, cujos membros estão organizados de acordo com a sua idêntica situação no processo de produção e de apropriação da riqueza socialmente produzida. No que se refere a concepção teórica de Estado, entende-se conforme Poulantzas (1980) que se trata de uma relação social dominadora contraditória, determinado e estruturado pela Sociedade Civil e de seus antagonismos de classe.

Sobre o marco histórico, estas categorias foram analisadas sob o modo de produção capitalista. Assim, sob o aspecto da classe social, consideramos que os que se situam no controle e posse dos meios e instrumentos de produção pertencem a classe dominante - burguesa, o oposto a isso, classe dominada – trabalhadora. A respeito do Estado, consideramos que se trata de uma relação de dominação contraditória com natureza de classe, por isso, o conceituamos como Estado burguês.

Verifica-se que as categorias em análise convergem e atrelam-se dialeticamente entre si, mas só são passíveis de análises palpáveis a partir de formações sociais concretas. Neste sentido, a reflexão sobre a relação classes sociais e Estado neste trabalho tem como campo empírico a realidade brasileira.

A formação da classe burguesa no Brasil, foco deste trabalho, não pode ser desatrelada do padrão de formação social estruturado sob as bases coloniais e neocoloniais, pautados no trabalho escravo, na concentração fundiária e em pretensões acumulativas estritamente expropriatórias. Elementos que se transpuseram às relações de produção capitalistas e determinaram, em conjunto com fatores externos, a inserção subordinada aos ditames do capitalismo imperialista, configurando um perfil de capitalismo dependente.

Forjada a partir da articulação de elementos estamentais e senhoriais com práticas e particularidades das relações de produção burguesas de molde dependente, a classe burguesa

brasileira sempre desenvolveu ímpeto extremamente dominador, e sempre teve no Estado um elemento fundamental de controle e dominação. Elementos que conforme Fernandes, impediram o desenvolvimento dos avanços democráticos e de cidadania dentro da ordem burguesa. Ao contrário, conformaram um perfil de dominação de essência autocrática, embora tenha em determinadas etapas históricas, aparência democrática. O que aprofunda os traços de exploração e dominação do modo de produção capitalista no Brasil.

Esse perfil de classe dominante sempre abafou e reprimiu qualquer ameaça ou insurgência da classe dominada. Apesar de não ser homogênea, mas constituída de frações e setores (agricultura, industrial, comercial), sempre se articula em prol da sustentação das relações de exploração e dominação que compõe o capitalismo como modo de produção.

No campo do adensamento e complexificação das próprias contradições das relações de produção burguesas, a classe dominante no Brasil vem reproduzindo as relações de dependência, e a conseqüente demanda de controle das classes dominadas no Brasil, com a devida manipulação e controle do Estado ao longo de toda a história deste país.

Para fins de delimitação, este trabalho enfatizará a organização e estruturação da agenda político-econômica da classe burguesa a partir do marco da redemocratização e institucionalização da constituição federal de 1988, que sucede uma longa jornada autoritária neste país, e exigiu a recomposição de forças e estratégias de dominação desta classe, a partir das demandas democráticas forçadas pela sociedade.

No campo dessas estratégias, verifica-se a ênfase na agenda macroeconômica neoliberal e ao capital imperialista sob o comando do capital financeiro. E a reorganização do poder entre segmentos abertamente a favor dessas medidas, e outros mais moderados, a exemplo dos governos petistas, tolerados pelos grupos dominantes até 2016, quando implementou o mais recente golpe de Estado no Brasil. Processo que teve como elemento detonador a crise social e econômica presente nas manifestações e jornadas de junho de 2013, acirrando-se nos anos posteriores, forçando a burguesia brasileira autocrática formar laços com a extrema direita de cariz neofascista, levando o controle do Estado brasileiro por Jair Bolsonaro.

Apesar de adotar o marco temporal da redemocratização da década de 1980 na reorganização das formas de dominação política e econômica do Brasil, a pesquisa aqui apresentada adotou como marco histórico de investigação o ano de 2013 e os movimentos de insurgência expostos nas jornadas de junho de 2013. Consideramos, conforme Mattos (2020) que as jornadas expressaram às classes dominantes ou a autocracia burguesa brasileira que as estratégias de dominação e consenso atreladas a perspectiva de coalização de classes dos

governos de base trabalhista estavam colocando em risco a estrutura de dominação aqui estabelecida e levou a uma necessidade de reorganização da classe dominante.

Entende-se que nesse contexto houve uma própria reorganização das frações de classe dominante no Brasil, com certa divisão entre segmentos mais moderados e segmentos mais extremistas, reinventando as estratégias de sua organização, gerando interpretações de surgimento de novas direitas ou de extremas direitas. Partimos do pressuposto de que, embora tenha havido uma reorganização das denominadas direitas, elas não perdem seu vínculo de classe, ou seja, são expressões da classe dominante, contudo, essas novas morfologias evidenciam a recorrência de outras formas de organização da dominação desta classe.

Esse quadro de crise econômica político mais recente evidencia as demandas urgentes da burguesia assegurar suas relações de dominação, atrelando-se a pautas que, por diversas vezes, opõe-se a própria formalidade burguesa, a exemplo das práticas antidemocráticas adotados no governo Bolsonaro e que tornou o retorno de Lula palatável às escolhas da dominação burguesa no Brasil.

Apesar de manterem o controle econômico e político sob o seu comando, as instabilidades políticas e crise social que atingem o Brasil na atualidade revelam as dificuldades de dominação e organização dos interesses da classe dominante, requerendo delas complexas relações de dominação e consenso, bem como de organização e hegemonia na atualidade. Por isso, a necessidade de pesquisar sobre as formas contemporâneas de organização da classe dominante no Brasil.

Desse modo, este trabalho elege como objeto de pesquisa a configuração atual da classe dominante no Brasil, tendo como marco temporal as jornadas de junho de 2013, com as seguintes perguntas orientadoras: as jornadas de 2013 desencadearam reorganizações da classe burguesa no Brasil? Quais são as expressões dessas novas configurações da classe burguesa no Brasil? Como as pautas atuais da classe burguesa têm sido inseridas na estrutura institucional do Estado brasileiro?

Objetivos

Geral: investigar as novas configurações da classe dominante no Brasil a partir de 2013 e como suas pautas têm sido inseridas na agenda do Estado brasileiro na atualidade.

Específicos:

- Abordar conceitualmente as categorias Classe Social e Estado com ênfase na realidade brasileira.

- Refletir sobre as determinações essenciais da insatisfação social expresso nas jornadas de 2013, com ênfase na classe burguesa.
- Refletir sobre as ações adotadas pela classe burguesa no Brasil a partir de junho de 2013, considerando as organizações e associações que emergiram daquele movimento, bem como as suas principais pautas e contradições;
- Investigar se as demandas da classe burguesa foram atendidas e inseridas na estrutura institucional do Estado brasileiro.

PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação do objeto eleito na pesquisa, a saber: “a configuração atual da classe dominante no Brasil a partir das jornadas de junho de 2013” se deu à luz do método materialista histórico-dialético e as categorias totalidade, contradição, historicidade e mediação que o compõe (Netto, 2011).

Sob o pano de fundo teórico-metodológico, recorreu-se aos seguintes procedimentos investigativos: a pesquisa e revisão de literatura acadêmica sobre as categorias em análise, das quais se destacam livros, artigos, dissertações e teses, com destaque para a Tese da professora Isabela Ribeiro e as obras de Flávio Casemiro; pesquisa documental das entidades organizativas dos interesses da classe dominante no Brasil, estruturadas a partir de 2013, bem como o levantamento de entidades instituídas antes dessa data para fins comparativos, das quais foram eleitas: CNA, CNI e FEBRABAN. Foram fontes de pesquisa relatórios, sites e jornais envoltos as entidades pesquisadas.

A partir deste levantamento, realizou-se a pesquisa qualitativa sobre dados e informações documentais, buscando identificar as demandas da classe burguesa no Brasil expressas nos movimentos e entidades estruturados a partir das jornadas de 2013; a sua confluência com entidades burguesas formalmente estabelecidas; e como essas demandas foram direcionadas ao Estado e ao governo, de modo que contemplassem os objetivos deste trabalho.

O trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro busca fazer a análise de classes sociais do período primitivo até o capitalismo atual, compreendendo a importância e influência das potências ocidentais na construção da sociedade brasileira e suas manifestações de classe.

Já no segundo capítulo o foco se dará nas classes sociais no Brasil, compreendendo suas particularidades e o perfil da burguesia brasileira. Em Capitalismo dependente e classes

sociais na América Latina (1973) Florestan Fernandes levanta o debate “existem classes sociais na América Latina?” Deste modo, o intuito deste trabalho não é necessariamente discorrer sobre essa questão, mas sim abraçar as considerações realizadas por Fernandes e entender o conceito de classes sociais no Brasil.

O terceiro capítulo expõe a pesquisa documental sobre as novas formas de organização da classe dominante a partir das jornadas de junho de 2013, bem como as demandas desta classe nesse contexto, dominante dispostas nas novas entidades e nas organizações já instituídas no Brasil, analisando a confluência entre elas. As fontes de pesquisa foram os relatórios citados acima, assim como sites, vídeos e materiais digitais.

CAPÍTULO I – As categorias Classe Social e Estado em reflexão no Ocidente

1.1 A categoria classe social e Estado em análise

1.1.1 Classes Sociais

Compreende-se que o conceito de classe social é debatido no campo das ciências sociais e humanas e diverge de acordo com o pensador ou corrente de pensamento, ora sendo considerado apenas por renda, por influência política ou cultural, ou por relações de produção, como é o caso de Marx e Engels, e será a concepção contemplada neste trabalho. Há também sociólogos como Bauman (1982), que defende que o conceito de classe deve ser abandonado uma vez que para ele os grupos de trabalhadores não mais formam agregados homogêneos em termos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Para Durkheim a classe social se relaciona a inserção no mundo do trabalho e a tese do pensador aponta a solidariedade social como elemento fundamental, havendo dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é baseada na similaridade dos indivíduos e é típica das sociedades pré-modernas, enquanto a orgânica é típica das sociedades modernas e tem uma complexa divisão de trabalho. O autor acreditava que a luta de classes é um fenômeno que caracteriza os primeiros estágios do capitalismo e desse modo, à medida que a sociedade evolui de maneira que os trabalhadores se desenvolvam a harmonia social se estabelece de maneira natural. Durkheim explicita:

Inversamente podemos dizer, portanto, que a divisão do trabalho só produz a solidariedade se for espontânea. Mas por espontaneidade deve-se entender a ausência (...) de tudo que pode tolher (...) a livre expansão da força social que cada um traz em si. A espontaneidade supõe (...) que nenhum obstáculo, de qualquer natureza, os impeça de ocupar, no âmbito social, a posição proporcional a suas faculdades. Numa palavra, o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for constituída de maneira que as desigualdades sociais expressem exatamente as desigualdades naturais” (Durkheim, 2015).

Desse modo, Durkheim compreendia que, dentro das sociedades modernas, a religião e a família, antes instituições sociais que mantinham a harmonia e coesão, haviam perdido espaço para o trabalho que se torna protagonista como principal elemento de interdependência entre todos os indivíduos.

Já para Weber, classe social não se restringe ao critério econômico e define-se por uma combinação de três fatores: status (honra e prestígio), a riqueza e o poder (capacidade de influência sobre outros grupos da sociedade). O autor não desmerece o fator econômico e

considera o fator que gera uma “situação de classe”, porém considera que existem outros fatores importantes como o status, que remete a uma esfera cultural, simbólica e subjetiva. Weber afirma que as sociedades são divididas em estratos e a posição de um indivíduo se dá a partir de seu status, renda e poder e que o status é um fenômeno típico dessa estratificação social e que concede aos mais poderosos um tratamento de honra e privilégios.

Em contrapartida, Marx e Engels afirmam na primeira página do Manifesto Comunista (1848), que “a história da humanidade é a história da luta de classes”. A organização das sociedades em classes se dá a partir da existência do excedente e, dessa forma, decorre a separação entre classe oprimida e classe opressora.

Ressalta-se que Marx não inventou o conceito de classes sociais, porém toma de base sua elaboração a partir de teóricos burgueses como ele afirma:

Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já tinham exposto a evolução histórica dessa luta de classes e alguns economistas burgueses à anatomia destas. O que eu trouxe de novo foi demonstrar que: a) a existência das classes se encontra sempre ligada a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; b) a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; c) esta mesma ditadura não é em si mais do que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (Marx, 1966, t. II, p. 456).

Ademais, no capítulo 52 de O Capital, Livro 3, Marx define, de maneira genérica:

A questão que se propõe agora é esta: que constitui uma classe social? A resposta decorre automaticamente da que for dada à pergunta: que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais? À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda. [...] Sob esse aspecto, porém, os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte. O mesmo se estenderia à imensa variedade de interesses e ofícios segundo os quais a divisão do trabalho social separa os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários de terras; estes, por exemplo, se dividem em proprietários de vinhedos, de áreas de lavoura, de florestas, de minas, de pesqueiras. [Interrompe-se aí o manuscrito].

Ainda em “O Capital”, Marx detalha melhor o conceito de classe social pois as associa com três classes fundamentais vinculadas com os meios de produção, sendo elas: os proprietários de simples força de trabalho, os do capital e os de terra, ou seja, a classe trabalhadora, os capitalistas e os proprietários de terra. Todavia, a definição do autor sobre classe ainda é genérica em sua completude pois não concluiu todos os conceitos de sua obra em vida. Considerando o pensamento marxiano, Lenin define classe como:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção [...], pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo

modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. (Lenin, 1961, p. 123).

Dessa forma compreendemos que, a partir do papel desempenhado pelo indivíduo dentro da estrutura das relações de produção será possível analisar a sua posição enquanto classe. Entretanto, pode haver certa confusão na análise de classes dentro do capitalismo, principalmente no contexto brasileiro, uma vez que este sistema se encontra em um nível alto de complexidade social e econômica.

Poulantzas (1974) afirma que não existem apenas duas classes em uma sociedade concreta, porém que existem duas classes fundamentais para a formação social, por onde perpassa a contradição principal, sendo essas a burguesia e a classe trabalhadora. O autor também defende que “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais, determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica”. (Poulantzas, 1978, p. 13). Por fim, Marx discorre que a classe burguesa enquanto dominante

[...] determina uma época histórica em toda a sua extensão, [e] é evidente que a determina em todos os seus aspectos, e que, portanto, domina, entre outras coisas, enquanto conjunto de seres pensantes, enquanto produtores de pensamentos, que fixam a produção e a distribuição do pensamento do seu tempo, e, por conseguinte, os seus pensamentos são os pensamentos dominantes da época (Marx, 1990, p. 93).

Na esteira da contribuição de Marx sobre classes sociais, Iasi (2007) afirma que Marx apresentou um primeiro momento de um processo de construção do conceito. Nesse sentido, o autor discorre que classe poderia ser definida pelos seguintes momentos:

1. classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção;
2. pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase generalizado como único);
3. pela consciência que se associa ou distância de uma posição de classe;
4. pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (p. 107).

Portanto, Iasi conclui que o mais importante é que Marx vê as classes como sujeitos das alterações históricas. Deste modo, o autor afirma que as classes sociais são complexas atualmente de modo que, a análise possa se tornar confusa, uma vez que a classe trabalhadora é diversa e contraditória entre si, além de não possuir consciência total de sua classe, ademais, a existência da classe média adiciona complexidade pois a classe pertence a classe trabalhadora, porém, integrantes desta classe podem se enxergar como elite em determinados casos. O capitalismo também se apropria da ideia de “mobilidade social” e dos pensamentos meritocratas, alimentando no pensamento social a possibilidade de sair de uma classe para outra, algo que não se parecia possível na Idade Média, por exemplo.

Desse modo aqui se tratará a burguesia enquanto classe dominante e detentora dos meios de produção, não apenas das grandes concentrações de renda pois, principalmente no século 21 tem se visto o fenômeno de celebridades, atletas e *influencers* altamente ricos, contudo, a partir da análise marxiana não possuem os fatores necessários para a opressão de classes dentro do conceito tradicional marxista.

1.1.2 Estado

Tal qual a classificação de classes sociais, há uma diversidade de conceituações acerca o significado de Estado no campo das ciências sociais, como explicita Santos (2018)

Embora exista um variado leque de abordagens teóricas sobre o Estado, a definição da sua natureza e funções não é tarefa simples, o que, por sua vez, decorre da abrangência das suas funções e ações nos espaços concretos que o caracterizam, bem como dos divergentes estatutos conceituais que buscam abarcar as suas determinações essenciais (p. 38).

Desse modo, entende-se que o Estado não possui apenas uma configuração, não é imutável e não possui forma única e absoluta. Por toda a história, o Estado apresenta diferentes modalidades e formas, embora todas possuam um locus de dominação (Santos, 2018). Portanto, ele deve ser entendido como um fenômeno histórico e relacional (Pereira, 2009 citado por Santos, 2018). Histórico pois se transforma e relacional pois não se restringe a si mesmo, mas está inserido na totalidade das relações sociais (Santos, 2018).

Para Pereira (2009), o Estado é “uma dinâmica que articula passado, presente e futuro” (p. 291) e dentro do sistema capitalista, se caracteriza por um

conjunto de instituições e prerrogativas, entre as quais o poder coercitivo, que só o Estado possui por delegação da própria sociedade; o território, isto é, um espaço geograficamente delimitado onde o poder estatal é exercido [...]; um conjunto de regras e condutas reguladas dentro de um território, o que ajuda a criar e manter uma cultura política comum a todos os que fazem parte da sociedade nacional ou do que muitos chamam de nação (Pereira, 2009, p. 289).

Dentro do Estado burguês, impera o Estado de Direito, que tem como objetivo, por meio das leis, controlar as relações sociais, políticas e econômicas, mantendo sua hegemonia e do sistema, separando claramente as dimensões privada vs. pública, tornando assim a dimensão pública, como discorre Santos (2018), “associada ao Estado, agregando as ações ligadas à segurança jurídica e à representação política.” (p. 39).

Assim, entende-se que a principal função do Estado é a dominação, independente das relações produtivas que esteve associado durante a história, e no capitalismo o “Estado é muito mais que dominação de classes, ele é essencialmente dominação de classes. É fundamentalmente a principal condensação das relações de poder” (Osorio, 2014, p. 17 apud Santos, 2018, p. 40). Porém, não se resume apenas a dominação, sendo caracterizado também pela contradição, pois para Santos (2018), apresenta seu caráter dominador de maneira contraditória.

Seguindo ainda esta linha de pensamento, Santos (2018), afirma que embora o Estado não seja instrumento total e direto da burguesia, ele ainda é classista, e no caso do Estado burguês, este se coloca a serviço dos interesses burgueses, porém sem deixar de, legitimar o sistema, dando respostas a classe trabalhadora e exercendo seu controle sobre a mesma (p. 40).

Deste modo, entende-se que a partir do entendimento da dominação e da contradição, sendo determinações essenciais do Estado, foram essenciais para o esclarecimento de sua anatomia e natureza, que respondem pela sua condição relacional e/ou de “relação social” (Pereira-Pereira, 2009; Poulantzas, 1980; Jessop, 2007 citado por Santos, 2018).

Por fim, compreender o Estado, é entender suas relações de força e dinâmica contraditória, sendo uma complexa relação social necessária para a reprodução do capital e manutenção do sistema capitalista, contraditório por natureza. Assim, o Estado garante a reprodução das relações por meio da condensação do poder político, por diversas formas de governo. Santos (2018) conclui que

Situado na particularidade brasileira cabe ressaltar que “a classe dominante nunca acreditou na institucionalidade democrática e sempre a utilizou pragmaticamente segundo seus interesses”; assim, nem sempre o Estado trata todos de forma igualitária seguindo os parâmetros da lei burguesa (Iasi, 2018a, p. 01 citado por Santos, 2018).

1.2 Das primeiras sociedades a antiguidade

Estima-se que mais de trinta mil anos grupos experimentais em diversos graus de evolução social viveram em estágio prévios ao que se denomina civilização. (Netto; Braz, 2017). O regime social em que viviam esses grupos pode ser chamado de comunidade primitiva. Essas comunidades sobreviviam à base da coleta, caça e pesca e compartilhavam os bens entre os membros do grupo, o que Marx vem a considerar como “comunismo primitivo”. Com atividades baseadas no trabalho coletivo e sem propriedade privada esse regime perdurou por mais de trinta mil anos, contudo, encontrou seu declínio a partir do surgimento da agricultura e a domesticação de animais por volta de 5500 e 2000 antes de Cristo.

A sociedade primitiva passa a se transformar a partir da interação do homem com a natureza e a capacidade de produzir bens que ultrapassavam as necessidades imediatas de sobrevivência, gerando por meio dos processos de trabalho o processo de acumulação e do excedente. A possibilidade do excedente econômico revoluciona as comunidades primitivas e cria uma maior divisão do trabalho e por consequência a mercadoria. Além disso, a partir da possibilidade de acumulação se torna possível explorar o trabalho humano.

A exploração humana dá base aos conflitos de classe posteriores as comunidades primitivas, uma vez que os regimes socioeconômicos posteriores: escravismo, feudalismo e capitalismo, se baseiam no uso da força de trabalho pela classe dominante em seus determinados períodos.

Com sociedades em diferentes estágios sociais, as trocas e a acumulação iniciam a divisão da sociedade entre aqueles que produzem os conjuntos de bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos) (Netto; Braz, 2017). Dessa forma a sociedade primitiva se dissolve e é substituída pelo escravismo.

O modelo escravista se configura no Ocidente por volta de três mil anos antes de Cristo, dando início ao chamado Mundo Antigo pelos historiadores e perdura até a queda do Império Romano. Diferente das sociedades primitivas que matavam todos os inimigos de guerra por não haver possibilidade de acumulação, e assim de exploração, a sociedade escravista compreende como vantajoso escravizar homens e utilizá-los como mão de obra.

Tornando-se uma sociedade organizada através da violência e da força, durante o regime escravista cria-se uma minoria de proprietários de terras e escravos e na base, a massa da população, que não tinha direito sobre a própria vida e liberdade, além de camponeses e artesãos livres. Por meio do excedente produzido pela mão de obra escrava, o comércio começa a se desenvolver e expandir e há o aparecimento do dinheiro.

Por toda a Antiguidade, a produção escravista foi a única dominante no Ocidente e foi protagonizada pelo antagonismo entre os escravos e seus proprietários. Esse modelo de produção introduziu a propriedade privada e a criação do Estado, surgindo nesse regime social devido a divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais. Para Engels, foi a partir do escravismo que a humanidade abandonou o estágio da antiga barbárie e ingressou no estágio da civilização, sendo assim:

A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que é [...] o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada (Engels, *in* Marx e Engels, 1963, p. 140-141).

Desse modo, Engels afirma que, embora a sociedade escravista tenha sido formada a base de violência e medo, esse regime significou um passo adiante na história da humanidade, assim como todos os modos de produção, que baseados na exploração e dessa forma no sofrimento humano também significaram avanço, demonstrando assim a contradição sempre presente nas sociedades de classes. Para o autor:

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição de classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra (id., *ibid.*).

O modelo escravista encontra seu fim com a crise do Império Romano, que sob as “invasões bárbaras” desintegra-se na metade inicial do primeiro milênio pós Cristo. Assim, forma-se um período de transição que para Marx, configura na transformação da base econômica com toda a enorme superestrutura se transformando em maior ou menor rapidez (Marx, 1982, p.25). Dessa forma, impôs-se o modo de produção feudal, ou feudalismo, que perdurou até o último terço do segundo milênio da era cristã. A centralização do antigo Império foi substituída por feudos, bases territoriais de uma economia fundada na terra, pertencentes a senhores feudais, da nobreza, que sujeitam aos servos a terra para cultivo, desde que prestassem tributos aos seus senhores.

A propriedade da terra era a base da estrutura social, havendo uma sociedade muito polarizada de senhores feudais e servos, além de forte influência da Igreja, que tinha sua alta hierarquia vinda da nobreza e possuía grandes riquezas e controle de terras. A produção feudal baseava-se principalmente no autoconsumo e, diferente do modelo escravista, implicava certa relação mútua entre os senhores e servos, uma vez que os senhores deveriam defender a vida de seus servos, e esses prestavam serviços aos senhores.

Contudo, o excedente produzido pelos servos era expropriado por meio da violência (real e potencial) exercida pelos senhores feudais. A relação entre as duas classes era tensa o que levou a uma série de rebeliões camponesas ao longo da Idade Média. Embora, o feudalismo tenha se estruturado plenamente durante o período, as trocas realizadas entre feudos ou servos, principalmente durante as Cruzadas, levaram o modelo a uma configuração mais complexa, com a organização de artesãos e comerciantes que passam a migrar para as cidades novamente e comercializar com o Oriente. Com os êxodos cada vez mais constantes o feudalismo e suas instituições entram em crise e após um longo período de transição, o Antigo Regime termina.

1.3 Do feudalismo à Revolução Industrial e os primeiros passos do capitalismo

O desenvolvimento do comércio mais complexo rompe com o caráter autárquico da economia feudal, estimulando o consumo da nobreza por mercadorias, principalmente as trazidas do Oriente, além de trocas feitas não por saques ou guerras, mas sim por dinheiro e a construção de cidades gera o capital mercantil. Comerciantes/ mercadores movidos pelo lucro passam a integrar a classe responsável pelo fim do regime feudal, a classe burguesa.

A Revolução Burguesa é a porta de entrada para o mundo moderno, surge em um momento de crise feudal, onde a terra já se mostrava esgotada, a falta de tecnologia para recuperá-la, o que levou ao aumento de tensão entre as classes, servos e senhores, que já apresentava choques desde sua criação, sendo um claro elemento da contradição de classes. A partir da economia mercantil, se dá a centralização do poder e assim surge o Estado absolutista.

Marx e Engels afirmam que o absolutismo foi um período de transição, onde a economia de mercado em expansão culminou no capitalismo, contudo para Takahashi em “Uma contribuição à discussão” de 1971, o absolutismo não passou de um sistema de força concentrada para contra-atacar a crise do feudalismo (p. 105-106). O historiador Perry Anderson concorda com Takahashi ao afirmar que durante o período absolutista, a nobreza nunca saiu do poder político pois os senhores feudais se mantiveram proprietários dos meios de produção e apenas se transformaram de acordo com o período de transição. Todavia, retornando ao pensamento de Engels, o autor afirma que a burguesia enfraqueceu a nobreza e as dimensões ontológicas do nascimento do capitalismo surgem a partir da crise feudal e a partir do processo revolucionário do mercantilismo que absorve a particularidade do feudalismo e configura-se em uma nova particularidade, dando início ao sistema capitalista.

A partir do Estado absolutista inaugura-se o Estado moderno nacional por meio da centralização política, da burocracia e uma força armada sobre um comando único, que são elementos essenciais para a estrutura do Estado moderno. Formado para proteger a propriedade privada e os interesses da classe dominante, o Estado burguês é um aparelho de dominação pois “para assegurar sua dominação política, a burguesia dispõe de um aparato tão específico como o Estado capitalista – o moderno Estado representativo, o Estado nacional-popular de classe” (explicitamente Poulantzas, 1978, p. 49; cf. implicitamente Poulantzas, 1974, p. 123).

O Estado funciona como relação social de dominação contraditória e, dessa forma, condensa tanto as lutas políticas da classe trabalhadora como também seus resultados, e para tanto, precisa ser uma força hegemônica que mantém o controle sob a sociedade civil. Desse modo, a sociedade civil corresponde à “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (Gramsci, 2019, p. 228), que tem força por meio das organizações privadas e a sociedade política relaciona-se ao aparato governamental e ao aparato coercitivo. Assim, para Gramsci, por meio do aparato coercitivo e da hegemonia o Estado se alarga, uma vez que “tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através [...] dos organismos privados” (Gramsci, 2019, p. 121).

Entretanto, correspondendo às contradições dos sistemas de classe, como afirma Gramsci, a classe dominante educa a classe trabalhadora de modo que seja possível a realização do trabalho e reprodução das relações, porém, ao mesmo tempo torna possível que o proletariado compreenda o sistema de exploração. O Estado vive em um eterno “puxar de cordas”, onde concede direitos e políticas sociais para a classe trabalhadora mas também oprime de maneira violenta e estrutural, pois no fim, o maquinário estatal existe para manter vigente o sistema dominante (Gramsci, 2019).

Assim, por meio da tomada do poder e da captura da hegemonia político cultural, a burguesia não apenas coloca fim no Antigo Regime, como instaura um novo modelo de Estado e se torna a classe dominante do novo sistema econômico e social. É preciso compreender o capitalismo como bem mais que apenas um modelo econômico e sim como uma relação social, envolta em constantes transformações.

Compreendendo o capital como principal fator do sistema capitalista, entende-se que as transformações deste sistema estão envoltas dentro das contradições e movidas pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas. Para Netto e Braz:

A história do capitalismo, – a sua evolução –, portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento das forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica (p.182).

A primeira fase do sistema capitalista, denominada de capitalismo comercial (ou mercantil), surge com a acumulação primitiva e é moldada por comerciantes e mercadores. Nesta fase, a burguesia se firma enquanto classe e possui nas mãos o controle das principais atividades econômicas e confronta os privilégios da nobreza fundiária. Portanto, é considerada uma classe revolucionária que tinha como tarefa libertar as forças produtivas dos limites das relações feudais de produção e regimes de propriedade. Até mesmo Marx e Engels reconhecem a burguesia nesse estado como transformadora e posteriormente, em apenas um século (na época de escrita dos autores) criou forças produtivas mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. (Engels; Marx, 1998, p-10).

No início, o capitalismo é marcado pela expansão marítima conduzida por grupos mercantis do sul da Europa que abriram rotas comerciais para o Oriente e para as Américas. Para Netto e Braz, desde este primeiro momento a tendência do capital para a mundialização, ou globalização, já é explicitada, e é marcada por processos progressistas tanto por processos bárbaros, como os confrontos entre os povos europeus e os povos nativos, dando sinais desde o início de uma rede de inextricáveis contradições. É também neste período inicial que a Revolução Burguesa, que se esgota no final do século 18, chega aos momentos finais e ocorre a Revolução Francesa, fortemente influenciada por políticos burgueses.

Já na segunda metade do século 18, o capitalismo evolui e ingressa em um novo estágio. Aqui a Revolução Burguesa está quase completa, e a tomada do Estado é quase total, evidenciando as mudanças políticas e o novo modelo de dominação de classe, além das transformações técnicas, com o surgimento das grandes indústrias e as novas dinâmicas de trabalho. Esse estágio é chamado de capitalismo concorrencial ou liberal/clássico e dura até o último terço do século 19.

Nessa fase o capitalismo se consolida nos países da Europa Ocidental, assim erradicando ou subordinando as relações socioeconômicas pré-capitalistas e transparece suas características estruturais. Em consequência da grande indústria (a indústria moderna), há o maior processo de urbanização já visto e desenvolve-se o mercado mundial, ou seja, os países mais avançados (nessa época a liderança é da Inglaterra) passam a buscar matéria prima por todo o globo e estabelecem vínculos econômicos, as vezes de maneira forçada, entre grupos humanos separados por mares e terras. Nações fora da Europa, que se mantinham isoladas, foram forçadas por meio da intervenção militar a se integrar no modelo comercial (e cultural). Desse modo, a formação da economia mundial se dá desde o começo por jugos desiguais e diferentes condições socioeconômicas e culturais.

O nome deste estágio como concorrencial se dá a partir das possibilidades de negócios que se abriram para os médios e pequenos capitalistas, pois inicialmente as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capital para serem formadas e havia muitas chances de consolidação em meio a uma concorrência generalizada e desenfreada.

Para a expansão e fortalecimento do sistema, foi necessário integrar todos os povos e nações possíveis para manter as oportunidades de negócios e também a exploração de matérias primas. As lutas de classes como as conhecemos na atualidade se consolidam neste momento, fruto da contradição entre capital e trabalho. Agora, enquanto classe dominante a burguesia possuía o aparato para oprimir e explorar outra classe, sendo essa a classe dos trabalhadores e assim se inicia o antagonismo da burguesia e do proletariado. Inicialmente, possuem formas grosseiras, contudo, para Braz e Netto, “pouco a pouco, avançam para uma crescente politização, que as torna mais conscientes” (2017, p.186).

Desse modo, as relações sociais se tornam cada vez mais tensas e não surpreendentemente os primeiros protestos operários, motivados pelas extensas jornadas de trabalho e a inexistência de direitos trabalhistas, foram brutalmente reprimidos pela burguesia e pelo Estado burguês. Desse modo, a burguesia não respondia apenas com violência, mas também com a incorporação de novas tecnologias e medo da substituição do trabalhador. Marx (1982, p.131) afirma, que após cada nova greve importante, surgia uma nova máquina.

Uma vez que o Estado estava na mão dos representantes políticos dos capitalistas, atendia quase que exclusivamente os interesses do capital, excluindo os trabalhadores que não possuíam qualquer direito. O Estado se apresentava muito mais como máquina repressora, sendo um Estado reivindicado pela teoria liberal que defende um Estado com mínimas atribuições econômicas, porém não alheio às atividades econômicas, pois ele assegura as condições para a acumulação capitalista, e um Estado completamente capturado pelos interesses da classe dominante.

Os direitos sociais eram extremamente limitados, por exemplo, o direito ao voto era muito restrito e somente por ação dos trabalhadores que a democratização, embora lenta, da sociedade burguesa, e é importante ressaltar que este direito não foi concedido pelo Estado ou pela teoria liberal mas sim conquistado pela classe operária e suas reivindicações. Dentro da ideologia capitalista, por vezes, passa-se a ideia de que os direitos são concessões estatais e burguesas, porém a grande maioria foi alcançada apenas com muita luta dos trabalhadores.

Dentro do capitalismo concorrencial, a luta de classe se eleva a um novo patamar (Netto; Braz, 2017) e as vanguardas proletárias passam a ter consciência do antagonismo entre a classe trabalhadora e a burguesia, tornando as dinâmicas de classe cada vez mais tensas. Para Netto e Braz, após as explosões de 1848, com a Primavera dos Povos, a classe operária deixa de ser “classe em si” e se transforma em “classe para si”, compreendendo as possibilidades de um sistema sem a exploração de classes, colocando-se na história como agente político. Contudo, os autores também afirmam que após 1848, a burguesia se torna classe conservadora e seus objetivos passam a ser a manutenção das relações sociais assentadas na propriedade privada, dos meios de produção e no suporte da acumulação capitalista.

Embora ideologicamente cada vez mais forte, o conservadorismo¹ burguês não impediu que segmentos capitalistas mais lúcidos entendessem a ineficácia da repressão aos movimentos operários. Foi necessário oferecer as mínimas garantias aos trabalhadores, às vezes de maneira paliativa, para manter a ordem em relativa “paz.” Aqui a classe burguesa se opõe a si mesma, entrando em contradição entre determinados setores, contradição esta que perdura até os dias atuais. Enquanto alguns desses setores garantiram e até defenderam certas reformas sociais, como a redução da jornada de trabalho, a limitação legal, a regulamentação do trabalho infantil e feminino, etc., não se pode confundir o reformismo burguês como ferramenta de emancipação da classe trabalhadora. Os limites dessas reformas sempre encontram a dinâmica do capital, mantendo como direito absoluto do burguês a propriedade privada, quase como se fosse um direito natural. As lutas de classe forçaram o Estado burguês a intervir na sociedade e, com isso, expandiram as suas contradições (Netto; Braz, 2017).

Na segunda metade do século 19, em conjunto as mudanças sociopolíticas haviam três outros processos: um científico-técnico e dois de natureza econômica, estando os três interligados. No campo das ciências naturais realizaram-se importantes descobertas, fortemente influenciadas pelas demandas da indústria e da ideologia positivista, assim impactando a produção de modo que alguns historiadores passam a chamar este momento de “segunda revolução industrial”. Já no campo da economia, principalmente nas últimas três décadas do século 19, há o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos.

¹ Neste trabalho, o conservadorismo é tratado principalmente como um adjetivo, compreendendo o conservadorismo como o pensamento que defende a manutenção da sociedade alinhada aos pensamentos conservadores, porém não se dispõe a desenvolver o conservadorismo enquanto teoria sociológica e filosófica.

Desse modo, o capitalismo concorrencial estimulou a concorrência desenfreada entre os pequenos, médios e grandes capitalistas e facilmente, os grandes burgueses possuíam maiores chances de ganhar a luta pelo capital. Após a crise de 1873, ou Pânico de 1873, o quadro estrutural passa por novas mudanças e a partir da concentração e centralização há a criação dos grandes monopólios modernos (Netto; Braz, 2017). Em menos de trinta anos, há o surgimento de grupos capitalistas com o controle de ramos industriais inteiros, empregando uma enorme quantidade de trabalhadores e com poder de forte influência nas economias nacionais. Com o passar das décadas, esses grupos ultrapassaram as fronteiras nacionais e expandiram sua dominação pelo planeta.

É assim, que entre o fim do século 19 e começo do século 20, o capitalismo entra em sua terceira fase, o capitalismo monopolista. Essa fase muda a estrutura do sistema e se baseia em forte produção industrial além de se constituir como coluna vertebral da economia capitalista, apresentando o controle das atividades econômicas por meio de carteis, por exemplo. Em consonância com o surgimento dos monopólios, há a modificação do papel dos bancos. Uma vez intermediários de pagamentos, os bancos ganham um novo protagonismo neste estágio do capitalismo tornando-se peças básicas do sistema de crédito (Netto; Braz, 2017). Os bancos passam a reunir a soma da economia de uma imensa quantidade de pessoas e o capital inativo de capitalistas, assim tomando o controle de grandes massas monetárias, tornando possível a disponibilidade de empréstimos, acirrando a competição entre capitalistas. Dessa maneira, os bancos “contribuíram ativamente para implementar o processo de centralização do capital” (Netto; Braz, 2017). Essa associação dos bancos e dos monopólios cria modalidades do capital inéditas (capital comercial, capital industrial e capital bancário).

Durante este período, o capitalismo se apresentava de maneira mais “definida”, tornando mais visível a divisão de classes como descreve a teoria marxiana, além do período efervescente e tensionado, marcado por horas de trabalho extensas e trabalhos mal pagos, levando os trabalhadores ao início das organizações sindicais e da aproximação de ideologias como o socialismo e anarquismo.

A partir dessa fusão do capital monopolista industrial com os bancários há o surgimento do capital financeiro, que se torna o centro da terceira fase, criando o estágio imperialista, que tem início nas últimas três décadas do século 19, percorreu todo o século 20 e perdura até o século 21.

1.4 O império capitalista e os anos gloriosos da acumulação capitalista

Lênin descreve, em “O imperialismo, fase superior do capitalismo” de 1916, que “o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” tendo como principais traços a concentração da produção e do capital, elevados a um alto grau capaz de criar os monopólios, sendo estes parte decisiva da vida econômica; a fusão do capital bancário com o industrial, assim criando o capital financeiro e a oligarquia financeira; a exportação de capital; a formação de associações internacionais monopolistas, que partilham o mundo entre si; e as partilhas territoriais do mundo entre as principais potências capitalistas (Lênin, 1977, p. 641-642).

Neste período, os capitalistas compreendem que precisam expandir sua dominação territorial e econômica além de aumentar a exploração de matéria-prima a fim de manter a dinâmica acelerada e competitiva do capitalismo. A exploração de capital é motivada pela procura de lucros máximos, estabelecendo assim uma relação de dominação e exploração. Assim, as principais potências capitalistas dividem entre si as regiões do mundo que planejavam subordinar aos seus interesses. Por meio de acordos, como por exemplo no mercado do petróleo entre a Standard Oil (norte-americana) e a Royal Dutch Shell (anglo-holandesa), os países desenvolvidos garantiram o estabelecimento de limites temporários entre os monopólios. A partilha territorial pode ser chamada de recolonização, praticada principalmente pelos Estados Unidos, que subjogou a América Latina, Oriente Médio e Ásia, e pela Inglaterra e França, que subjogaram a África e Ásia. Os decorrentes conflitos entre os Estados imperialistas têm como consequência a Primeira Guerra Mundial e posteriormente a Segunda Guerra Mundial, que influenciam a indústria bélica, que passa a ser um componente central da economia.

Desde sua formação, o capitalismo depende do uso de violência para manter sua dominação e a partir da expansão pelo globo foi preciso o desenvolvimento de maiores armas, não apenas para assustar a classe trabalhadora, mas também para impor poderio sobre outras nações. Enquanto no estágio mercantil do capitalismo, o comércio foi capaz de vincular povos e regiões que até o momento não possuíam relações econômicas, no capitalismo concorrencial há a criação do mercado mundial e na terceira há a expansão territorial, desse modo, entende-se que o traço constitutivo do capitalismo é a sua mundialização (Netto; Braz, 2017).

O desenvolvimento capitalista implicou na crescente divisão social do trabalho, reforçou a luta e a tensão entre as classes e induziu a divisão internacional do trabalho. Tal qual a hierarquia entre as classes, o capitalismo resultou e resultará sempre em uma hierarquização entre os países, estabelecendo as relações de domínio e exploração, como característica principal do imperialismo. A construção capitalista sempre se apresentou como o desenvolvimento desigual e combinado, afetando as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas e influenciando as relações entre países.

O imperialismo capitalista se forma às custas da distinção entre países desenvolvidos e dependentes, determinando assim as lideranças capitalistas e o destino da exploração do capital. O imperialismo passa por sua fase “clássica” de 1890 a 1940, os chamados anos dourados, onde o sistema apresentou resultados nunca vistos antes. Países como Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália e Grã-Bretanha apresentaram forte crescimento econômico e altas taxas de lucro em suas indústrias. Após as crises econômicas, em especial a crise de 1929, o Estado burguês passa a intervir para além da repressão mas também, atuando como principal órgão de manutenção e permanência do capitalismo, compreendendo a importância da intervenção nos momentos de crise e manutenção do sistema.

Contudo, com as crescentes tensões entre os burgueses e proletariado, a burguesia precisou estender sua dominação para o campo ideológico, tornando a ideia do capitalismo como o melhor sistema econômico e alienando a classe trabalhadora de modo que a própria classe disputasse espaço entre si e em partes se torne defensora do sistema que as oprime. As influências socialistas foram extremamente combatidas e a propaganda capitalista investiu fortemente contra o sistema, criando a ideia de uma União Soviética cruel e caricata, como visto em desenhos americanos durante e após as grandes guerras.

Com o reforço ideológico dos monopólios em conjunto com a repressão dos direitos trabalhistas em países afetados pela guerra contribuiu para a ascensão do conservadorismo e a criação do fascismo. Netto e Braz (2017) discorrem que o racismo nazista alemão e o clericalismo em Portugal e na Espanha foram regimes políticos ideias para os monopólios e o estabelecimento de sua dominação. Os autores afirmam que não é uma casualidade que a fase “clássica” do imperialismo tenha sido a da ascensão, prestígio e da dominação do fascismo. Em um sistema que necessita da expansão territorial, da opressão e dominação de classes, em conjunto com os fortes pensamentos nacionalistas, a possibilidade de ascensão do conservadorismo se torna real e propícia, sendo assim “desde que exista o controle monopolista da economia, a possibilidade do fascismo é sempre real” (Netto; Braz, 2017).

Nos países onde o fascismo não teve uma grande ascensão estatal, o desenvolvimento seguiu com ativa intervenção estatal tanto no campo dos investimentos capitalistas como na reprodução da força de trabalho. Neste momento surge a teoria de Keynes, pois se carecia de um suporte técnico para a intervenção estatal uma vez que a ideologia liberal-conservador defendia a mínima intervenção do Estado, que defendia em sua obra Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro de 1936, o papel central do orçamento público enquanto indutor de investimento, ideias essas que ganham grande força após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo alto êxito.

Deste modo, a complexa e contraditória imbricação entre as funções do Estado se amplia (Santos, 2018, p. 54) e em conjunto com as ideias keynesianas, os modelos de produção taylorista e fordista ganharam força e impulsionam rapidamente as indústrias por meio do trabalho alienado. Contudo, em decorrência dos protestos operários, tensão de classes e ascensão do fascismo o Estado precisou legitimar os direitos sociais, que em conjunto aos direitos civis e políticos constituem a “cidadania moderna” (Marshall, 1967). A consolidação de políticas sociais e civis, assim como o Estado de Bem-Estar Social se dão a partir das demandas da classe trabalhadora, mas também da concessão estatal, mantendo o eterno “puxar de cordas” da contradição capitalista. Deste modo, o Estado faz uma série de concessões, implicando ao mesmo tempo no avanço da classe trabalhadora e na reprodução ampliada desta classe (Santos, 2018).

Com o esgotamento dos anos dourados após sua onda expansiva e período de “capitalismo democrático”, fortemente impulsionado pelo taylorismo-fordismo e keynesianismo e as produções de grande escala, a taxa de lucro passa a cair nos países desenvolvidos e há a redução do crescimento econômico. Após a longa onda expansiva dos anos dourados o capitalismo entra em seu período recessivo, voltando a ter crises dominantes, assim obrigando a burguesia monopolista a se reformular do liberalismo conservador e necessitar de intervenções estatais. Assim, embora as taxas de lucro tenham sido restauradas, essas respostas não alteraram o perfil da onda recessiva obrigando a necessidade de uma nova estratégia que se articula em um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.

Mesmo durante os anos dourados não se imaginava ser possível uma expansão ainda maior, porém a partir da reestruturação produtiva os capitalistas investem na desterritorialização de produção, descolando unidades produtivas para novos espaços territoriais, principalmente em áreas subdesenvolvidas e periféricas, onde a exploração do trabalho pode ser mais intensa, seja pelo preço baixo ou pela falta de legislação trabalhista. Além disso, há uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos (Netto; Braz, 2017), o que alguns estudiosos passam a chamar de “terceira revolução industrial”.

Essas medidas, acabam por colaborar com a precarização do trabalho e o aumento do desemprego, criando um enorme exército industrial de reserva muitas vezes pouco capacitado para a realização do trabalho exigido. A reestruturação produtiva divide os trabalhadores entre um grupo menor de trabalhadores qualificados que dispõem de garantias e direitos e um grande grupo de trabalhadores em condições precárias de trabalho. Estas transformações no mundo do trabalho impactaram fortemente os trabalhadores enfraquecendo o movimento sindical e fortalecendo a ideologia individualista do capitalismo neoliberal.

É neste cenário que as indústrias monopolistas obtêm cada vez mais lucro, também por meio dos avanços tecnológicos e do controle de recursos a produção de ponta, e assim passam a desenvolver novas interações por meio das corporações mega empresariais encontrando mecanismos de articulação que as assegura um poder decisório especial. No topo dessas decisões há um restrito círculo de homens, e mais restrito ainda de mulheres, que constitui, para Braz e Netto (2017), uma nova oligarquia, que concentram enorme poder econômico e político, formando uma nova elite como afirma o cientista político Dreifuss:

Esses homens [...], os mais influentes do planeta, possuidores de poderes jamais vistos na história da humanidade, se encontram regularmente em centros de conferências virtuais e em “espaços” privilegiados de articulação, seguros e afastados do “olho público”. [...] Com uma visão global e referências mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente [...], contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do [...] “pensamento único”. [...] Esse tipo de articulação] viabiliza e perpetua o segredo político-estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público [...]. Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e as práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados (Dreifuss, 1996: 175-176).

1.5 A ascensão do projeto neoliberal

Nesse estágio do capitalismo, no capitalismo monetário a concentração de poder econômico conduz a uma concentração de poder político. As elites, de diversas maneiras, interferem na política tornando-a sua em busca de seus interesses, influenciando assembleias legislativas e parlamentares, afetando a vida de bilhões de pessoas, visando apenas o lucro e acumulação de mais capital. Aqui, compreende-se que a concentração de capital não se trata apenas de dinheiro, mas sim do poder político, da influência cultural e da dominação de toda uma classe. As elites passaram, a partir da década de 1970, a operar por meio de entidades e instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e órgãos ligados à Organização das Nações Unidas.

Desse modo, por meio da ideologia neoliberal, fundado a partir do liberalismo clássico e reformado em decorrência das novas demandas do sistema, as instituições capitalistas detêm controle do avanço do capital e escolhem, com o aparato do Estado e instituições burguesas, o crescimento econômico desenfreado e sem regulamentações mantendo a dominação da classe trabalhadora. No neoliberalismo, há um enorme processo de contrarreformas e diminuição do Estado nas políticas sociais, com o argumento de que é preciso enxugar gastos “desnecessários” ou que não geram lucro.

O neoliberalismo não captura apenas os direitos sociais, mas também a ideologia colocando a classe trabalhadora contra si e construindo o pensamento individualista e meritocrático. A ideologia do capital se torna cada vez mais importante do que a dignidade humana e é decidida por um pequeno número, a classe dominante, que a força sobre a grande camada da sociedade. A neoliberalismo, passa a ser a ideologia de senso comum, vista como a única opção é um sistema que nunca terá fim, mesmo que necessite de constantes intervenções do Estado e seja formada pela contradição eterna.

Ademais, o neoliberalismo se alimenta de teorias conservadores exigindo um Estado mínimo para o trabalho e o máximo para o capital. As crescentes privatizações e a isenção do Estado tensionam cada vez mais a questão social², aumentando as desigualdades e a precarização de direitos da classe trabalhadora.

² É para o Serviço Social, a contradição entre capital e trabalho, e pode se expressar por meio das desigualdades, pobreza, discriminações, entre outros.

Também, com a financeirização do capital os países dependentes e periféricos são cada vez mais explorados para os países centrais, aprofundando um capitalismo dependente e tardio, que influencia a formação da classe trabalhadora destes países além de apresentar diferentes formas na formação e dominação da burguesia, contudo este assunto será mais bem desenvolvido no próximo capítulo.

Compreende-se também o fenômeno da era digital e sua influência no mundo do trabalho, uma vez que o desenvolvimento tecnológico permitiu a construção de maquinário avançado e complexo, o que contribuiu para o avanço industrial, porém contribuiu para a precarização do trabalho. Além disso, o avanço das mídias sociais expandiu as relações de compra e venda para além do campo geográfico, tornando grandes conglomerados e empresas como a Amazon e AliExpress cada vez mais ricas, uma vez que podem vender para quase todos os lugares do mundo e utilizam-se de mão de obra precarizada e barata.

No século 21 se inicia a modalidade do entregador de aplicativo, terceirizando os serviços de entrega, que rapidamente cresceu pelos Estados Unidos e Europa e posteriormente para o resto do globo com um *boom* na pandemia de Covid-19. Desse modo, o fenômeno da uberização do trabalho se torna mais uma das relações complexas dentro do capitalismo. Embora o termo se refira a empresa Uber, Ricardo Antunes discorre:

[...] não se restringe aos trabalhadores que trabalham em plataformas como Uber ou Ifood. Há hoje plataformas de diversas modalidades de trabalho: médicos, engenheiros, empregadas domésticas, jornalistas, professores. Todos os trabalhadores desse amplo campo dos serviços tendem a se converter em trabalhos uberizados. A aprovação da reforma trabalhista pela figura tenebrosa de [Michel] Temer, ao defender e aprovar o trabalho intermitente, foi a porta de entrada que os capitais precisavam para criar essa modalidade nova que denomino de escravidão digital (ANTUNES, entrevista concedida a IHU On-Line).

Assim, compreende-se que o uso da tecnologia pode favorecer os processos de trabalho, mas também corroborar com a precarização das condições empregatícias e o uso dos aplicativos pode dar a falsa sensação de liberdade pelo fato de não haver um patrão contudo priva o trabalhador de diversos direitos trabalhistas ao mesmo tempo que reforça a ideia de empreendedorismo sendo “a consolidação do trabalhador em um nano empreendedor de si próprio.” (Machado, 2017).

A alta do desemprego e as novas formas de trabalho colaboram para a tensão de classes e a tensão entre a própria classe. O pensamento fortemente difundido pela internet por meio de *coachs* e perfis em redes sociais que defendem o empreendedorismo como melhor solução individual colabora para a radicalização de indivíduos e se alimenta dos rancores relacionados a políticas sociais e o Estado. A ideologia neoliberal se forma a partir do discurso individualista e defende fortemente a terceirização de setores e pouca intervenção estatal, se aproveitando das contradições do proletariado e criando inimigos entre a própria classe, desviando a visão dos trabalhadores para a exploração burguesa.

Nesse sentido, concordamos com Harvey (2005, p.27) de que o neoliberalismo reflete um “projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

Deste modo, o discurso neoliberal e as péssimas condições de trabalho e de vida propiciam a ascensão de pensamentos conservadores, como acontecerá antes na história, de maneiras maiores ou menores, e destaca-se o surgimento de uma burguesia ainda mais conservadora, a considerada burguesia emergente ou varejista por Casimiro (2020), que no Brasil conta com figuras como Luciano Hang da Havan e Flávio Rocha da Riachuelo, que se associa com setores tradicionais burgueses, além de enfatizar discursos religiosos conservadores.

Por fim, conclui-se que o conservadorismo neoliberal abre espaço para a ascensão da direita, ou melhor da extrema direita, como no passado com o fascismo. A extrema direita tem conexões intrínsecas com o neoliberalismo, como visto com figuras como Trump nos Estados Unidos e mais recentemente Millei na Argentina. Enquanto o proletariado é plural e enfrenta diversas questões que por vezes acaba por o colocar contra si mesmo, a burguesia, além de hegemônica e dominante, apresenta uma linha de pensamento muito parecida. Embora alguns setores possam divergir em questões morais e sociais, defendam mais ou menos intervenção do Estado ou tenham pensamentos progressistas ou conservadores, sempre estará unida no seu único e principal objetivo, a acumulação indiscriminada de capital. Objetivo esse, que só pode ser alcançado por meio da ofensiva do capital sobre o trabalho, a dominação incessante de classes e o controle do sistema capitalista.

Desse modo, conclui-se a análise acerca da classe burguesa internacional e o seguinte capítulo terá como foco o Brasil e suas particularidades de classe a fim de contemplar a base teórica para fundamentar o terceiro capítulo e a pergunta central deste trabalho.

CAPÍTULO II - CLASSES SOCIAIS E ESTADO NO BRASIL

2.1 Período colonial e a formação do capitalismo dependente e as particularidades do poder político brasileiro.

Considerando a construção do Estado e a ascensão da burguesia como classe dominante, ao se olhar para a formação da América Latina e especialmente do Brasil é possível notar particularidades que influenciam o país até os dias atuais. É impossível dissociar da construção do Brasil como ele é hoje o processo colonizatório, o genocídio dos povos originários e a escravização de milhares de pessoas.

Ao contrário dos países europeus, o Brasil é considerado um país “novo”, uma vez que sua data de “nascimento” só é considerada por muitos a partir do processo de colonização portuguesa no país.

A primeira medida real de colonização foi a divisão das capitanias hereditárias por Dom João III em 1534, sendo a primeira divisão de terras. Durante praticamente todo esse período a modalidade de escravismo colonial foi a principal força de trabalho explorada como também “propriedade privada”. Contudo, durante o auge do café no Brasil na metade do século XIX, o tráfico de escravos já havia sido suprimido em 1850 pela Lei Eusébio de Queiroz, o que levou os proprietários de terras do Sul investirem em mão de obra assalariada imigrante.

Como defende Marini (1973) uma parte importante da população escravizada encontrava-se na zona açucareira decadente do Nordeste e que o desenvolvimento do capitalismo agrário no Sul impunha a liberação da escravidão com o intuito de constituir um mercado livre de trabalho. Assim, diante as necessidades do sistema capitalista e por fortes influências inglesas, a lei da abolição da escravatura em 1888 foi promulgada, garantindo a liberdade às pessoas escravizadas, porém sem conferir qualquer tipo de direito ou integração ao mercado de trabalho assalariado. É deste modo que para Marini (1973, p.17) “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”.

Um ano após a abolição da escravatura, em 1889, a monarquia termina com a Proclamação da República e o poder passa para a mão dos militares e para os latifundiários, em especial de cana, açúcar e café, seja por concentração de capital ou pelo poder político,

que passou pelas mãos de militares e de políticos de São Paulo e Minas Gerais, no conhecido “acordo” do Café com Leite, até a entrada de Getúlio Vargas no poder em 1930.

A formação social do Brasil se dá, portanto, a partir do colonialismo e posteriormente insere-se em um contexto capitalista e de crescente exploração e globalização, o que leva a estruturação de um país de capitalismo dependente e com uma alta taxa de desigualdade socioeconômica.

São essas as bases de formação da classe burguesa no Brasil. Entretanto, há um longo debate teórico a respeito da classe dominante no capitalismo. No Brasil, este conceito de burguesia foi amplamente questionado o que nos mostra uma dificuldade de compreensão ou de interpretação diante dos fatos empíricos do país que, não se “enquadram” na teoria marxista clássica. Contudo, há consenso de que a adesão deste país às relações de produção burguesas, ocorre de maneira particular.

Para Marini (2000), o capitalismo dependente está em uma relação dialética entre seu subdesenvolvimento e o desenvolvimento dos países de capitalismo central, demonstrando que essa condição de dependência não é exclusiva das dinâmicas internas do país que, se não se desenvolve da mesma maneira que as economias avançadas e centrais. O autor define como “capitalismo *sui generis*” e só pode ser compreendido a partir das articulações em níveis nacionais e internacionais.

Assim, pode-se entender que desde o início de sua formação socioeconômica o Brasil desenvolveu-se aos limites da dependência no âmbito da acumulação do capital, ao que Trotsky (2007) denomina de desenvolvimento desigual e combinado, onde o desenvolvimento e subdesenvolvimento, riqueza e pobreza, compõem duas faces de uma mesma moeda.

Sob as bases do capitalismo dependente, o Estado capitalista brasileiro assume particularidades, haja vista seu papel estratégico para a dominação burguesa. Nesse sentido, Fernandes, ao longo de sua obra, afirmou que o poder político brasileiro concentrado no Estado ocorreu a partir da “associação entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (Mattos, 2020, p. 102). Assim, a “revolução burguesa” no Brasil pode ser interpretada como “transformação capitalista” tanto como “dominação burguesa” que era feita via Estado em uma sociedade dependente e periférica como a brasileira (Mattos, 2020).

Sobre o conceito de autocracia, Fernandes a definia como regime político oposto à democracia. No texto “Revolução ou Contrarrevolução” de 1977, o referido autor ao discorrer sobre autocracia afirma que ela possui três faces: a democrática, autoritária e fascista (Fernandes, 1977, p. 112). A depender da correlação de forças e dos interesses acumulativos uma predomina sobre a outra.

Desse modo, o autor compreende que o processo no Brasil sempre esteve envolto pela autocracia, ora democrática, ora autoritária, como ocorre no primeiro golpe de Vargas e na ditadura militar de 1964, ora fascista, como no governo Bolsonaro. De toda forma, essa é apenas a base para compreender a formação do capitalismo no Brasil, e será mais bem explorado a frente.

2.2 A dominação burguesa no Brasil entre 1930 e 1988

É durante o Governo Vargas que a burguesia industrial se consolida por meio de incentivos governamentais, além do fortalecimento das oligarquias. Neste momento as duas forças coexistem, ao contrário do cenário europeu onde houve tensão entre os dois setores. Para Ribeiro (2020) estes limites se referem à ausência de reforma agrária, o que levou a ampliação do mercado interno que beneficiou a indústria nacional.

A mesma autora também destaca o caráter do Estado varguista que possuía um viés intervencionista em especial nos períodos de crise do setor exportador, por intermédio de medidas que favoreciam as oligarquias e indiretamente as indústrias, o que é “reflexo da complementaridade que cimentava as relações entre burguesia agrário-mercantil e burguesia industrial ascendente” (Ribeiro, 2020, p. 45).

Considera-se que durante os anos 1950, se consolidou no país uma interpretação de uma burguesia com diversas subdivisões como se o capitalismo na formação econômica e social brasileira ainda não estivesse plenamente desenvolvido.

Baseado na análise de Caio Prado Jr. (2012), considera-se que a classe burguesa no Brasil constituiu-se de maneira diferente do dito na teoria marxiana, uma vez que a burguesia no país esteve sempre atrelada a interesses ora nacionais ora imperialistas, não havendo uma distinção clara entre as fases colonial e capitalista, sobretudo, pela permanência do quesito escravidão. Essa análise de Prado Jr., se dá a partir do pensamento de Marx e Engels que afirmam que entre os períodos de transição de um sistema dominante para o outro há uma fase transitória, como o caso do mercantilismo, e que mesmo após essa revolução sistemática ainda existem elementos do antigo sistema no atual, deste modo para o autor: “pouco importa a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações” (2012, p.27). E isso se dará a partir da análise dos fatos ocorridos e sua própria dinâmica.

Já para Fernandes (2012) o capitalismo brasileiro seria dependente e subdesenvolvido por constituir a criação de “burguesias” que não podem fazer outra coisa além de usar seus imensos recursos materiais, institucionais e humanos. Essa conclusão do autor, insere-se no mesmo debate citado acima a respeito da existência ou não de uma classe burguesa “nacional”. Fernandes então, após uma contextualização histórica em seu artigo *O que é revolução* (2012, p.45), afirma que a revolução burguesa ocorreu em fase histórica em que a burguesia já havia abandonado impulsos democratizantes, como por exemplo os ideais da Revolução Francesa acarretando uma modernização periférica, adaptada a dominação burguesa. Seria função da burguesia manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorarem.

Em consonância, há a formação da burguesia industrial no país após a Era Vargas e o período de grande industrialização do Brasil. A industrialização brasileira esteve baseada em três pilares: Estado forte e protecionista; planejamento econômico para o desenvolvimento; e corporativismo estatal de articulação entre empresários e Estado. Contudo, segundo Ribeiro (2020) durante 1961 em um período tenso de polarização e confronto entre forças políticas de esquerda e de direita, os empresários da indústria se aliaram as forças burguesas do agronegócio, o que levou ao fim do governo de João Goulart.

Durante o período da ditadura militar o Estado favoreceu o capital financeiro por meio de “políticas de isenções de impostos, concessão de incentivos fiscais, créditos, avais e outras” que “favoreceram amplamente a concentração e centralização do capital”, transferindo recursos do poder estatal para as classes dominantes. (Ribeiro, 2020), além de manter a ordem por meio da violência estatal que também funcionava como técnica política e econômica.

Assim, os empresários influenciavam o governo de maneira quase irrestrita a partir do tripé empresa estrangeira, empresa nacional e forte setor estatal, deflagrando o êxito da industrialização por substituição de importações (Diniz, 2010 citado por Ribeiro, 2020). Contudo, este acordo se rompe no final da década de 1970 com a crise do petróleo e a oposição do empresariado contra a estatização do país.

Para Florestan Fernandes (1976), a burguesia trabalha a base da “contrarrevolução preventiva”, para se proteger e manter as massas controladas, reprimindo seus movimentos e demandas, o que torna possível a volta do autoritarismo por meio do Golpe de 1964, contudo, quando o modelo perde o sentido, a burguesia se adapta, transformando suas relações sociais, porém mantendo sempre a autocracia. Deste modo, Lemos (2004), afirma que não apenas o período da ditadura militar segue a lógica da contrarrevolução, que buscava na época minar a

ameaça das revoluções proletárias, ainda que em países distantes, mas que a mesma lógica, foi mantida também durante a transição democrática, argumentando a existência de elementos contrarrevolucionários nas normas constitucionais de 1988, como também nas emendas adicionadas com as reformas dos anos 1990 e 2000.

Após o fim da ditadura militar e o período de redemocratização a burguesia se encontra em uma “crise de direção” uma crise de hegemonia ou crise de representação, pois neste momento durante a década de 1980 havia uma série de entidades com múltiplas visões, o que tornou necessário, uma reconfiguração da organização burguesa, a fim de reestruturar sua hegemonia abalada (Ribeiro, 2020 *apud* Bianchi, 2001).

Deste modo, para Ribeiro (2020), a falta de articulação das entidades burguesas da época e o medo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva levou por eleger Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, contudo o governo não agradou a classe burguesa que se alinhou a favor de seu *impeachment* em 1992.

2.3 A reorganização da classe burguesa brasileira no contexto redemocrático: Fernando Henrique Cardoso a Lula (1995 a 2010)

Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito em 1994, demonstrando um certo consenso entre as frações burguesas e um passo para a superação da crise de representação das classes dominantes. Nesse governo a adesão à agenda neoliberal foi estruturada e formalmente inserida na agenda do Estado, tendo como consequência uma profunda reestruturação do setor empresarial e a desnacionalização da economia e das elites. Segundo Antunes (2005, p.37) o governo FHC deu prosseguimento “ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como consequência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo do país”. Ainda assim, foi o candidato escolhido pela autocracia burguesa no contexto de reorganização das estratégias de dominação no contexto neodemocrático.

O pacto de classes do Plano Real define a consolidação do processo de financeirização no país, assim atingindo os mais altos estágios do capitalismo contemporâneo no Brasil. Já o segundo mandato de FHC (1998 - 2002) foi impactado pelos efeitos da crise mundial de 1997, insatisfazendo os empresários, principalmente os industriais que demandam maiores benefícios no âmbito político, abalando a hegemonia do bloco do poder, porém não gerando uma crise completa.

Entre o descontentamento dos industriais e a falta de sucesso das políticas neoliberais, Lula um autêntico membro da classe trabalhadora brasileira foi aceito pelas elites dominantes para conduzir o Estado brasileiro. Para Braga (2016, p. 63) houve “a tentativa do governo Lula de pacificar as tensões entre capital e trabalho criadas pela conservação das bases do modelo de desenvolvimento anterior”.

Os dois primeiros governos de Lula foram marcados pelo avanço de benefícios sociais com a criação do Bolsa Família, a ampliação de faculdades públicas e o discurso progressista, porém não se deve esquecer que os governos petistas dentro da presidência foram sempre marcados pela conciliação de classe e o favorecimento à classe burguesa. Lula só se elege após abrandar seus discursos de classe a partir da conciliação principalmente com o setor industrial nos anos 2000 que buscava se reconfigurar para obter novamente um consenso dentro do bloco de poder.

Mattos (2020, p. 128), se apropria do debate do historiador Ernesto Coelho ao afirmar o caráter “transformista” das correntes políticas da década de 1990 que constituíram o campo majoritário do PT. Para Mattos, Gramsci adota o termo “transformismo” em conjunto a “revolução passiva” e caracteriza esse fenômeno em dois. O primeiro seria o “transformismo molecular” que ocorreu de 1860 a 1900, onde as personalidades políticas elaboradas por partidos democráticos de oposição se incorporam de maneira individual a “classe política” conservadora e moderada (ibid.). Assim Mattos (2020) defende, conforme Gramsci, que essa “classe política” se caracterizaria pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal e a toda reforma orgânica que substituísse o domínio rígido ditatorial por uma hegemonia.

Ademais, Demier (apud Mattos, 2020) compreende que os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores desde 2003, teriam reforçado a dinâmica própria da “democracia blindada” que se construiu com o processo de redemocratização (p. 131). Desse modo, o transformismo das principais representações sindicais como a CUT e frações políticas a favor dos trabalhadores como o PT, se tornam responsáveis pelo “apassivamento” dos conflitos e do fortalecimento e solidificação do regime autocrático democrático.

Mattos (2020) destaca também, que o governo Lula não abandona as causas direcionadas ao povo, criando programas como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, a criação de novas universidades e uma série de outras políticas públicas, contudo, explicita que, o bordão de Lula “nunca na história deste país”, serve tanto para as melhorias de vida de parte da população, como também para o lucro dos empresários, que crescia de maneira abundante. Além disso, destaca o caráter do Estado autocrático democrático, que continuou a

ser repressivo, como exemplifica o autor (2020, p.145), que reflete na constante violência policial repressiva.

2.4 Crise e novas estratégias da dominação burguesa no Brasil a partir de 2010.

O governo Dilma continua o pacto de coalizão de classes já iniciado no governo Lula, contudo enfrenta uma série de complicações e ataques da burguesia que levam a sua derrocada com o *impeachment* em 2016. Dilma é eleita em 2010 com 56% dos votos, com Michel Temer de vice e amplo apoio de Lula, e assume em 2011 com um otimismo por parte do empresariado.

Entretanto, também em 2011 a crise econômica afeta a Europa e China, após a crise de 2008 no Estados Unidos, e, embora o Brasil tenha segurado as taxas de lucro e o crescimento do PIB, esse padrão não se mantém por todo o primeiro mandato de Dilma em decorrência das quedas de condições do comércio internacional (Ribeiro, 2020, p. 115).

Em 2014, a crise se agrava de modo que a economia interna brasileira é afetada, levando a medidas como a desvalorização do real e a insatisfação da classe burguesa com o governo Dilma. Segundo Mattos (2020) esse processo agravou a crise social que já estava instalada no Brasil desde 2013, ano das marcantes jornadas de junho. Essa crise, segundo o autor, expressava a fragilidade ou esgotamento do modelo de dominação de classes a partir das estratégias dos governos petistas. Assim, expressava uma crise de hegemonia, acendendo o alerta à autocracia burguesa brasileira, o que leva a burguesia a buscar uma reconfiguração dentro dos três pontos apontados por Fernandes, democrático, autoritário e fascista. O governo Dilma enfrenta dificuldades a partir do momento em que a burguesia entra em crise hegemônica.

O governo Dilma é fortemente marcado pela oposição da classe média após as Jornadas de 2013, dinâmica que será mais bem explorada no próximo tópico, contudo é importante sobressaltar que a virada das manifestações, iniciadas com o Movimento do Passe Livre é cooptado por frações burguesas e desse modo para Singer (2018) se tem início a crise da hegemonia. Com a tensão cada vez maior, ampliada pela “Lava Jato” e a indignação com as obras para a Copa do Mundo de 2014, o governo Dilma se vê cada vez mais ameaçado e embora tenha feito pactos com a burguesia a insatisfação popular foi utilizada pela oposição de direita para realizar o golpe de 2016.

Em meio a insatisfação burguesa e a necessidade de revitalização da hegemonia burguesa, o golpe de 2016 é articulado e defendido não apenas pela classe dominante, mas

também por parte da população. Segundo Braga (2016) “diante do agravamento da crise internacional, os principais grupos empresariais do país [...] passaram a exigir do governo federal uma mudança acentuada na orientação da política econômica”, na dificuldade de levar esse processo adiante pelos governos petistas, o golpe travestido de recurso democrático foi a saída escolhida.

O golpe é a resposta necessária para a crise da hegemonia burguesa e Temer alinha-se aos interesses da classe burguesa ampliando o neoliberalismo e gerando o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, mas ao mesmo tempo amplia a homofobia, o racismo, machismo e xenofobia. Associando as agendas neoliberais com o conservadorismo, confluindo na estruturação de uma “Nova Direita” (Pereira, 2013) no Brasil.

2.5 As jornadas de junho de 2013 e novas configurações da dominação burguesa no Brasil

As Jornadas de Junho de 2013 se iniciam com o Movimento do Passe Livre (MPL), a partir da revolta popular com o aumento das passagens de transportes públicos, e de primeiro momento as demandas foram direcionadas às prefeituras e governos municipais, porém o movimento ganhou proporções nacionais, sendo explorada pela classe dominante já insatisfeita com essa condução política, e deu fôlego a ações como a “Lava Jato”.

Assim, o período foi marcado pelo tensionamento de classes e diferentes demandas de diferentes grupos, além da inflação alta que potencializa as críticas ao governo PT. A direita se aproveita neste momento e alavanca o discurso anticorrupção e como destaca Ribeiro (2013), neste período cresce a negação aos partidos políticos e há a busca por uma democracia “apartidária”.

Ainda com a crise da hegemonia desde 2013, Dilma consegue se reeleger em 2014, todavia, o seu governo foi marcado por crises políticas, fortemente influenciadas por partidos de centro e direito como o PSDB, resultando no enfraquecimento da sua base política e, conseqüentemente, no golpe de 2016. O golpe de 2016 que leva Temer ao poder abre os precedentes para a ascensão do bolsonarismo e da extrema direita no Brasil. Todavia, o governo Temer não se mostra o suficiente para combater a crise da hegemonia levando as frações burguesas a apoiar outros candidatos.

Deste modo, radicalizando seu pensamento, parte da burguesia opta por um perfil autocrático mais conservador e liberal, levando ao caráter fascista da autocracia. Com uma agenda neoliberal e o discurso conservador, Jair Messias Bolsonaro se elege com um discurso

voltado a agradar as massas tradicionalistas, mas principalmente focado no emparelhamento com a burguesia, em especial a “burguesia emergente” ou burguesia varejista (Casimiro, 2020), apoiando privatizações e terceirizações, vinculando-se a discursos como o de Donald Trump. O bolsonarismo nasce no Brasil não de um dia para o outro, mas de uma construção fortemente neoliberal, em um país que nega em partes sua própria história. Destaca-se também que para Ianni (1989) a burguesia não possui consciência de classe, mas sim se volta ao seu maior interesse, o lucro, caminhando da forma que a levar a obter a maior concentração de capital, contudo, este espaço se dá apenas a base da exploração da classe trabalhadora e abre portas para o conservadorismo.

Portanto, a base de discursos preconceituosos, Bolsonaro elege-se a presidência, contudo, enfrenta o maior desafio de seu mandato, a pandemia de Covid-19. Com a média de 600 mil mortos entre os anos de 2020 e 2021 (Brasil, 2024), o então presidente viu sua aprovação cair consideravelmente após relativizar a seriedade da doença e dos óbitos, com o discurso de “não ser coveiro” e que a economia deveria vir em primeiro lugar, Bolsonaro e políticos de direita criticaram intensamente as medidas recomendadas pela OMS. Além disso, Bolsonaro não atinge seu objetivo e não mantém a economia estável, com o aumento do preço de alimentos e remédios. Principalmente, a medida burguesa de uma medida mais ofensiva não se mostra suficiente para manter sua hegemonia, fazendo com que Lula se candidate novamente, e demonstrando a escolha da autocracia democrática, ganhe a eleição em 2022.

Em 2023, Lula recria o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida e retomou a política de reajuste do atual salário-mínimo. Em relação a economia o PIB cresceu 3%, o desemprego apresentou um índice de 7,5% em novembro de 2023, apresentando o melhor resultado desde maio de 2015 (Globo News, 2024) e uma inflação abaixo do teto da meta, com 4,75% pela primeira vez em três anos.

CAPÍTULO III - AS INSTITUIÇÕES BURGUESAS - PESQUISA DOCUMENTAL

Este capítulo apresenta a pesquisa documental a partir dos objetivos da pesquisa de identificar novas formas de organização da classe burguesa no Brasil e como suas pautas têm sido inseridas na agenda do Estado brasileiro na atualidade, a partir do marco temporal das jornadas de junho de 2013, bem como apresentar, ainda que superficialmente, respostas as perguntas de partida que orientaram a pesquisa.

A exposição da pesquisa segue essa linha investigatória. Nesse sentido, apresentamos inicialmente o mapeamento de instituições e entidades que foram criadas no Brasil a partir de 2013 e suas principais demandas e pautas políticas. Sobre essa questão, a pesquisa não identificou entidades com status político de entidade representativa, estruturalmente formalizada como entidade de classe burguesa, contudo, a pesquisa identificou, a partir dos estudos de Casemiro (2020), organizações, mobilizadas principalmente por meios digitais, que defendem abertamente o projeto burguês e suas vertentes liberais, neoliberais e conservadoras.

Em razão da ausência de entidades formalmente reconhecidas como burguesas, optou-se por analisar as entidades representativas da classe burguesa brasileira historicamente formalizadas neste, dando ênfase em análise de documentos elaborados por essas instituições, das quais se elegeram CNA, CNI e FEBRABAN, tendo como referência investigativa a tese da professora Isabela Ramos de 2020.

Após esse levantamento de demandas, a pesquisa enveredou pela análise qualitativa da confluência entre essas pautas entre as entidades criadas no contexto recente e as pautas das entidades já consolidadas no Brasil. A partir desses dados, refletiu-se sobre a inserção dessas agendas à estrutura institucional do Estado brasileiro.

3.1 Exposição da pesquisa

3.1.1 Levantamento de instituições burguesas criadas a partir de 2013 no Brasil

Não identificamos entidades auto proclamadas burguesas, mas a partir das pesquisas de Casemiro (2020), mapeou-se associações estruturadas a partir do projeto burguês, das quais se destaca:

Movimento Brasil Livre

Fundado em 2014 por Kim Kataguiri e Renan Santos, o Movimento Brasil Livre surge no contexto das manifestações posteriores a 2013 como uma resposta “liberal e conservadora” (MBL, 2014) a “corrupção” e à insatisfação popular da época. Após a captação das manifestações de junho de 2013 por parte da direita, há o surgimento de uma série de grupos como o Vem Pra Rua, Revoltados Online, e o próprio MBL, sendo este, o único a perdurar de maneira mais burocrática, possuindo site, CNPJ e participantes que ocupam ou já ocuparam cargos políticos.

Em seu manifesto, há cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras". Ademais, em seu site, na aba “Quem Somos” em “Valores e Princípios” defendem bandeiras como: redução e simplificação da carga tributária, federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da subsidiariedade, autonomia contratual para o trabalhador, fim do voto obrigatório, liberdade para a criação de partidos políticos, revogação do estatuto do desarmamento, privatização de setores públicos tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros, fim das cotas raciais e de gênero e o combate aos privilégios da elite do funcionalismo público (MBL, 2023).

O MBL conta também com a “Academia MBL”, uma plataforma online paga para formar “líderes preparados” (MBL, 2024), com blocos de oratória, “marxismo cultural”, debate, marketing nas redes sociais e lives com figuras conhecidas do movimento, como Arthur do Val e Kim Kataguiri. Ademais, ressalta-se que o maior feito do MBL se dá por seus candidatos políticos e políticos eleitos. Arthur do Val (União Brasil) é ex-deputado do estado de São Paulo, Kim Kataguiri (União Brasil) é deputado federal e Amanda Vettorazzo (União Brasil) é suplente de deputado federal e atual candidata a vereadora pela cidade de São Paulo.

Estudantes pela liberdade

A entidade Estudantes pela liberdade foi fundada em 2012, data que marca o início das publicações em seu antigo site oficial, que migrou para o “Students for Liberty Brasil”, fundado em 2016, como grupo afiliado do original “Students for Liberty” fundado em 2008 por um grupo de estudantes da universidade de Columbia. Em seu site, defendem a liberdade

acima de tudo e descrevem que “O SFLB não dita as bases sobre as quais os indivíduos justificam sua crença na liberdade” (SFLB, Online), defendendo principalmente a liberdade econômica, individual e acadêmica. Em seu site oficial destacam que seus principais objetivos são educar, reforçando a teoria do liberalismo clássico, desenvolver habilidades de liderança, por meio de um treinamento oferecido pelo SFLB e empoderar, a fim de que seus estudantes e *alumni* tornem o mundo um local mais livre.

Ressaltam também em seu site a importância da integridade profissional, o respeito ao indivíduo, a comunidade meritocrática e o liberalismo. É possível acessar cursos em seu site oficial, contudo a página será direcionada a rede americana, com os cursos oferecidos em inglês e pagos em dólar. Oferecem vídeos gratuitos pela plataforma Youtube e possuem ofertas de emprego no Brasil, América Latina e Estados Unidos.

Em entrevista dada para o Gazeta do Povo em 2017, Juliano Torres, diretor executivo da EPL e um dos criadores originais do MBL, afirma que a entidade não podia realizar mobilizações como as manifestações de 2013 a 2016, que levaram ao impeachment, devido às restrições da receita norte-americana. Com o tempo, o MBL ganhou forma própria e foi deixado nas mãos de Kim Kataguiri e Renan Santos, sendo o principal movimento a defender o golpe de 2016.

Ainda assim, Juliano Torres afirma que o Estudantes pela Liberdade e o Students For Liberty Brasil “podem ter objetivos idênticos, mas não falam a mesma língua”, uma vez que o SFLB foi formado a partir de uma cisão do EPL devido desentendimentos e troca de organizações. Embora o diretor executivo tenha afirmado que o EPL não acabaria, a data de última publicação em seu antigo site é de 2016. Por fim, a matéria do Gazeta do Povo (2017) afirma que os três movimentos, Estudantes pela Liberdade, “Students for Liberty Brasil” e Movimento Brasil Livre desafiam a hegemonia dos movimentos de esquerda dentro das universidades. (Casemiro, 2020).

Brasil Paralelo

Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A é uma empresa privada de jornalismo fundada em 2016 em Porto Alegre por 5 sócios fundadores, dos quais três eram ex-alunos da Escola Superior de Marketing e Propaganda (ESPM) sendo estes: Henrique Viana, Felipe Valerim e Lucas Ferrugem, que continuam na empresa. Em 2022, contavam com mais de 340 mil membros assinantes (Brasil Paralelo, Online).

Em seu site, afirmam que investiram inicialmente 13 mil reais do próprio bolso e empréstimos bancários, e “sem nenhum incentivo estatal, apoio da Lei Rouanet ou qualquer coisa do gênero.” (Brasil Paralelo, 2022). Deste modo, afirmam que o Brasil Paralelo surge de uma demanda social latente em 2016, onde em meio aos conflitos políticos percebiam que uma parcela dos brasileiros acreditava que os problemas se resolveriam com o impeachment de Dilma. A fim de aprofundar os temas, o Brasil Paralelo entendeu que havia uma série de influenciadores dispostos a falar do assunto, mas que não possuíam espaço na grande mídia.

Entre os primeiros entrevistados haviam convidados que integravam o Instituto Millenium, Instituto Mises Brasil, Liberal e Borborema (Brasil Paralelo, 2022). Além disso, investem na produção de documentários sobre a situação política do Brasil, trazendo figuras como Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, Joseita Ustra, a família Bolsonaro, Gilmar Mendes, entre outros.

Como seus valores afirmam que “nossa missão é resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (Brasil Paralelo, 2022). Defendem que a cultura deve ser responsabilidade de cada pessoa e não do Estado. Afirmam que a Brasil Paralelo, não inventa, e sim, resgata, recuperando valores, ideias e sentimentos e os difunde para os brasileiros e produzem conteúdos totalmente despidos de qualquer ideologia política. Entretanto, destaca-se que o Brasil Paralelo reflete pensadores conservadores e se aparelha com instituições declaradamente liberais como o Fórum da Liberdade, o MBL, além de apoiarem o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Fórum da liberdade

O Fórum da Liberdade é uma conferência sobre economia e política, organizada pelo Instituto de Estudos Empresariais. Realizado desde 1988, o Fórum foi descrito pela revista Forbes (2013) como o maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina. Um dos comentários no site oficial descreve o evento como o “Super Bowl do liberalismo”. O evento é financiado por empresas como Renner, Sicredi, Atlas Network, Grupo RBS, Brasil Paralelo, entre outros.

3.2 As instituições burguesas consolidadas no Brasil

Optou-se por influência teórica de Ribeiro (2020) e Boito Jr. (2018) em analisar as frações da burguesia industrial, agrária e financeira, por meio da Confederação Nacional da

Agricultura e Pecuária (CNA), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), contudo destaca-se que existem outras frações burguesas como a comercial e de turismo, porém não serão analisadas neste trabalho.

Assim, conforme Boito Jr. (2018, p. 63)

Uma análise rigorosa do bloco no poder vigente no capitalismo neoliberal brasileiro exigiria, de um lado, estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa e, de outro lado, comparar as demandas, estratégicas e secundárias, das diferentes frações burguesas com as medidas do governo que compõem a política econômica do Estado.

Desse modo, esse trabalho focou em compreender as frações de classe por meio de um resgate histórico e a análise dos documentos a partir de 2013, e quando não foi possível, optou-se por documentos elaborados nos anos anteriores e posteriores próximos às Jornadas de Junho.

3.2.1 Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA)

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, foi fundada em 1951, e de acordo com o Institucional de seu site, declara que “consolidou-se ao longo dos últimos anos como o principal fórum de discussões e decisões do agronegócio brasileiro.” Atualmente (2024) tem como presidente João Martins da Silva Junior, o CNA se apresenta como uma entidade sindical que representa 5 milhões de produtores rurais brasileiros, de pequeno, médio e grande porte nas mais variadas atividades. Contando com as 27 federações de agricultura e pecuária, que atuam no Distrito Federal e nos Estados, contam também com mais de dois mil sindicatos rurais, responsáveis pelo apoio direto aos produtores do campo. O Sistema CNA também é composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Instituto CNA.

O funcionamento do Sistema é descrito como

[...] as Federações da Agricultura e Pecuária atendem os Estados e representam os Sindicatos Rurais, que por sua vez, desenvolvem ações diretas de apoio ao produtor rural, buscando soluções para os problemas locais. E a CNA defende os interesses dos produtores junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário, nos quais dificilmente um produtor, sozinho, conseguiria obter respostas para as suas demandas (CNA, 2021, online).

O primeiro documento analisado foi a *Carta aberta aos candidatos à presidência* publicado em 2014 e produzido pela diretoria do triênio 2011/2014 com Kátia Abreu como presidente, e como Ribeiro (2020) explicita em sua pesquisa, Abreu passa a ocupar o cargo de ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento após a reeleição de Dilma

Rousseff (p. 163, nota de rodapé). Tal feito não pode ser ignorado, pois demonstra a ligação do Estado com as frações burguesas, principalmente em um governo conciliador como o do PT que futuramente cairia devido a crise da hegemonia.

O documento discorre sobre a importância das escolhas políticas para o encaminhamento das demandas ali apresentadas e exalta o agronegócio, pois, em 2024, significava 23% do PIB, 27% dos empregos e 44% das importações. (CNA, 2014). Em relação à política agrícola, a principal questão mencionada é a do crédito rural. A CNA também afirma que “os produtores rurais têm assumido quase que integralmente os riscos e as incertezas da produção agropecuária” frente às “instabilidades do mercado”.

Delgado (2013, p. 61) destaca que a economia do agronegócio é um “pacto do poder, com estratégia fundamental de captura de renda da terra, à revelia dos interesses mais gerais do País que aí não cabem” assim, para Ribeiro (2020, p.164) “desmistificando, portanto, a ideia de que os interesses da fração agrária da burguesia associam-se aos interesses gerais de desenvolvimento nacional.”

O documento cita os prejuízos com o fechamento de quase 10% das usinas decorrente das crises econômicas e exige políticas públicas de longo prazo para o setor. Destaca-se as críticas feitas ao governo Dilma devido ao subsídio à gasolina, argumentando inclusive a sustentabilidade.

Também há demandas para uma legislação que permita maior produção de agrotóxicos nacionais, políticas públicas para superar a competitividade e o incentivo ao empreendedorismo, licitações públicas mais rápidas, autonomia financeira para as agências reguladoras e a ampliação de recursos para pesquisas e inovação tecnológica. No âmbito do comércio internacional, a CNA indica a necessidade de investimentos para alavancar as exportações, como também a redução de barreiras tarifárias.

O documento ressalta a importância do agronegócio para a segurança alimentar da população, e, portanto, deve ser defendida de pragas e doenças. Exigem também maior fiscalização do trabalho no campo e as condições de trabalho, além de legislação mais rigorosa ao trabalho escravo. Contudo, também demandam não integração do tempo de deslocamento na jornada de trabalho, eliminação da indenização do contrato de safra em razão do pagamento de FGTS e flexibilização da legislação que obriga contratação de pessoas com deficiências. As contradições do capital se fazem presente em todo o documento, onde uma hora a entidade se põe na defesa do trabalhador rural, porém na maioria das demandas tratam dos interesses burgueses e em busca do maior lucro.

3.2.2 Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Fundada em 1938, a CNI é a entidade de maior tradição de publicação de agendas. Congrega as Federações das Indústrias dos Estados e Distrito Federal e reúne mais de 476 indústrias no país. Possuem o Fórum Nacional da Indústria (FNI), órgão consultor da diretoria da CNI formada por presidentes de mais de 50 entidades setoriais e líderes empresariais. Em seu site, no Institucional afirmam que

Há, no governo federal, dezenas de instâncias de representação, com a participação de representantes da indústria, cuja coordenação é feita pela CNI. São colegiados que debatem políticas públicas em diversas áreas com impacto sobre a atividade industrial, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional de Previdência (CNP), Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Conselho Curador do FGTS, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (Codefat), entre outros (CNI, online).

Em 2012 publicaram o documento “101 propostas para modernização trabalhista”, com o argumento central em redução de custos para contratações, considerado pela entidade a porta de entrada para a competitividade das empresas. A maioria das demandas, que envolviam uma série de projetos de lei, PECs e atos normativos, foram incorporados na reforma trabalhista de 2017. No documento, defendem a jornada de trabalho de 12 por 36, e argumentam que embora há uma série de custos com processos judiciais, a jornada de trabalho de 12 horas trabalhadas e 36 de descanso favorecem o trabalhador a se organizar sindicalmente e ao empregador a garantia jurídica, se reconhecido em lei. Ainda em relação ao trabalho, o documento defende que o trabalho aos domingos e feriados seja estendido para todas as categorias, sem restrições, desde que mantenha o direito a repouso semanal (CNI, 2012, p.32).

Ainda, o documento defende a regularização do trabalho noturno de dez da noite a seis da manhã como jornada de 8 horas de trabalho e não como jornada noturna, propõe a flexibilização do contrato em regime de tempo parcial, propõe que o deslocamento do trabalhador até a portaria não seja considerado tempo à disposição do empregador, defende a revogação do regime de sobreaviso, propostas para tornar qualquer atividade da empresa terceirizada, desde que garanta a proteção do trabalhador, entre outras.

Ianni (1989) discorre sobre a relação da burguesia industrial como objetiva, pois “tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação, em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal ou procura fazê-lo operar em seu benefício” (Ianni, 1989, p. 93). Assim, o autor demonstra a clara relação da burguesia industrial e o Estado, que se voltam ao desenvolvimento do mercado e a produção

de mais-valia, como também na formulação da política econômica com representantes diretos da burguesia.

Em “Propostas da indústria para as eleições de 2014”, o documento expressa as pautas principais e listam o que esperam ver em 2018, quatro anos após a eleição, sendo as afirmações: um sistema tributário livre das principais ineficiências presentes em 2014 como a cumulatividade, oneração de exportações e investimentos, e que a complexidade se diminuísse e se equiparasse aos padrões internacionais em 2018. Demandam também uma legislação moderna e flexível nas relações de trabalho, o crescimento de investimentos em infraestrutura em relação ao PIB, o aumento da taxa de investimento do PIB a partir da política fiscal e o aumento na qualidade da educação.

O documento apresenta a valorização do real em relação ao dólar durante 2003-2013 (Ribeiro, 2020, p. 192) como um fator limitante para o crescimento da indústria, e se completa com reclamações com os custos de energia, transporte, burocracia, tributação e taxas de juros. Apresentam a possibilidade de adoção de regras fiscais como fundamentais para evitar o déficit público, afirmando que a meta fiscal rígida não é desejável pois pode reduzir o financiamento do Estado e afetar a economia.

Sobre a infraestrutura, reclamam do atraso das obras e mencionam a necessidade de maior participação do capital privado. O documento incentiva maiores parcerias público-privado e defendem a privatização como fator que poderia acelerar as obras públicas. Criticam as más condições logísticas, que implicam no atraso de entregas, assim diminuindo a competitividade da indústria nacional. Há também o apoio a construção de ferrovias e a expansão de todos os setores de transportes, como portos, aeroportos, entre outros.

Destaca-se também as demandas para a diminuição dos custos de energia, e em consonância com a CNI, criticam o preço da gasolina, alegando que o baixo valor desvaloriza a venda de etanol e que deveria se aplicar um preço “mais realista para a gasolina” (CNI, 2014, p. 106). Em relação a tecnologia e inovação ressaltam principalmente a importância de parcerias com universidades e institutos técnicos. Por fim, a maioria das propostas, assim como no documento de 2012 giram em torno da terceirização, pois afirmam que “em um mundo em que a terceirização é a forma dominante de organização da produção, proibir a terceirização é condenar a indústria brasileira à ineficiência” (CNI, 2014, p. 16).

3.2.3 Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

A Febraban foi criada em 1967 e considera-se “a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro” (FEBRABAN, 2020) e conta com 119 instituições financeiras associadas a 155 em operação no Brasil “as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras” (FEBRABAN, 2024).

Em seu relatório anual de 2013, o até então presidente Murilo Portugal, inicia sua mensagem declarando que

O ano de 2013 foi marcado pela retomada da economia brasileira, que registrou uma alta de 2,3% no Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado, acima das expectativas do mercado, revelou uma recuperação gradual e consistente, reforçada por uma taxa de desemprego entre as mais baixas de nossa história (4,3%) e pela expansão real da renda das famílias brasileiras (FEBRABAN, 2013, p. 2).

Enfatiza-se que a fração financeira demorou a se posicionar contra Dilma, tendo inclusive “jogado boias” para tentar salvar o governo (Singer, 2018; Ribeiro, 2020). Além disso, a Febraban destaca que seu maior interlocutor no Poder Executivo é o Banco Central.

Em seu documento, afirmam que o principal responsável pelo crescimento do PIB naquele ano, que teve aumento de 2,3% no total, foi o setor agropecuário. Ressaltam as preocupações com a inflação e demandam por disciplina fiscal, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação. Destacam como uma das principais pautas o julgamento sobre a constitucionalidade dos planos econômicos, que fora postergado para 2014.

Ainda no Relatório Anual de 2013, o documento afirma que a elevação da taxa básica de juros (SELIC) refletiu em maior custo de captação para as instituições financeiras, subindo de 18% a.a, em 2012, para 19,71% a.a, em 2013. Ademais, o relatório afirma que o endividamento das famílias aumentou no segundo semestre de 2013, finalizando o ano em 45,5%.

Em relação à segurança, o documento demonstra preocupações com lavagem de dinheiro e demandam políticas públicas capazes de combater esse ato, além do reforço de carros fortes e de caixas bancários pois como declara no Relatório Anual de 2016, os bancos são insuficientes e a “eficiência e a importância da investigação é a forma ideal de prevenção”. (FEBRABAN, 2016, p. 44). Enquanto para a Educação ressaltam a importância das Universidades e do programa Ciências sem Fronteiras, pois são, em conjunto com o governo federal, os maiores patrocinadores.

Ribeiro (2020) ressalta em sua tese também as demandas por “gestão de riscos” que estão associadas às condições de reprodução do capital, que exige a socialização dos custos e não dos lucros (p.187) e como afirma Teixeira (2013) os capitalistas são avessos aos riscos, assim os deixando para o Estado.

3.3 Instituições consolidadas depois da redemocratização

3.3.1 Instituto Millenium

O Instituto Millenium foi fundado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade, com o nome inicial de Instituto da Realidade Nacional em 2006 no Fórum pela Liberdade em Porto Alegre. Em seu site definem que seu objetivo é construir lideranças relevantes para o contexto nacional, além de se descreverem como uma associação civil sem fins lucrativos e sem vinculação partidária. O instituto se coloca a defender os interesses públicos, com um quadro de formadores de opinião e influenciadores que promovem valores para a garantia de uma sociedade livre, com liberdade individual e economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito (Instituto Millenium, 2024).

O instituto tem o objetivo de se tornar a maior think tank do país e priorizam a atuação em seis áreas: agilidade institucional e tecnologias emergentes; futuro das cidades e mobilidade social; e crescimento econômico e progresso ambiental. No institucional de seu site defendem a promoção da prosperidade por meio da liberdade democrática e econômica.

3.3.2 Instituto Liberal

Criado em 1983, dois anos antes do fim da Ditadura Militar, o Instituto Liberal tem sua sede original na cidade do Rio de Janeiro. Em seu site apontam que “O Instituto Liberal preserva como nortes os mesmos posicionamentos nucleares que o acompanham desde a fundação e a Declaração de Princípios dos Institutos Liberais de 1988.” (Instituto Liberal, 2024).

O trabalho inicial do instituto se concentrou na tradução, edição e publicação de livros sobre liberalismo, em especial da Escola Austríaca, Ayn Rand e Frédéric Bastiat. Com o tempo o instituto se expandiu e construiu sedes em diversas capitais do país. O IL promove palestras, cursos e seminários. A partir do Instituto Liberal uma série de outros institutos autônomos surgiram desde 2007, como o Instituto Millenium, Instituto Von Mises, o

Estudantes pela Liberdade, o Instituto de Formação de Líderes e o Instituto Ordem Livre, todos parceiros institucionais do Instituto Liberal (IL, Online).

Os princípios do IL são centrados no liberalismo clássico e se pautam por: liberdade completa dos indivíduos; o direito a propriedade de bens, de seu próprio corpo e mente; a ordem, sendo uma série de regras que todos os indivíduos e o governo devem se submeter; a justiça; a liberdade de mercado, por meio da liberdade de iniciativa, o direito a entrada no mercado para produzir bens e a responsabilidade individual; a democracia; a tolerância; o Estado de Direito; e a descentralização.

3.3.3 Instituto Von Mises Brasil

O Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) é uma think tank fundada em 2007 com o objetivo de disseminar a ideologia liberal no país, contendo fortes influências da Escola Austríaca. O IMB não é subordinado ao Instituto von Mises nos Estados Unidos e foi considerado pela Forbes em 2018 o maior think tank liberal fora dos EUA.

Se considerando uma think tank voltada à produção e difusão de ciências sociais e econômicas, o IMB defende o direito à liberdade com foco em: restaurar o papel da teoria, a defesa do livre mercado, a defesa da liberdade individual e a criação de lideranças capacitadas.

3.4 Confluência de agendas

Mesmo com suas particularidades e reivindicações, algumas demandas entre os movimentos e as entidades burguesas consolidadas se esbarram, uma vez que o neoliberalismo é formado pela interdependência dos setores produtivos. As entidades defendem a terceirização assim como os novos movimentos, pautados no ideário liberal e consequentemente na minoria de direitos trabalhistas. Enquanto as entidades burguesas tradicionais apresentam pautas em que utilizam ideologicamente a defesa dos trabalhadores, contudo, em geral a maioria de suas pautas se volta para o crescimento econômico e das elites dominantes.

Os movimentos mais atuais, posteriores a 2013, tendem a seguir uma linha mais conservadora, se alinhando ao pensamento da “nova direita” – associação entre o projeto neoliberal e o neoconservadorismo - e partindo de uma fonte ideológica mais forte, ao contrário das entidades tradicionais, que embora tenham apoiado a candidatura de Bolsonaro,

principalmente o setor agrário e industrial, essas instituições tendem a ser mais flexíveis, não se prendendo necessariamente a um pensamento ideológico e sim aos seus interesses em relação às forças de produção.

3.5 Resultados da pesquisa - a inserção da agenda neoliberal à estrutura institucional do Estado brasileiro.

Embora importantes para os movimentos sociais e para a crise da autocracia burguesa, as Jornadas de Junho de 2013 não foram revolucionárias o suficiente para remodelar completamente a natureza das instituições. Por meio do Estado, a burguesia encontra maneiras de se colocar no poder, seja partindo para medidas mais conservadoras, ora por medidas mais progressistas.

Apesar de não se identificar a formalização de entidades classistas burguesas nos moldes clássicos, a pesquisa evidenciou o surgimento de outras formas de organização e mobilização da classe burguesa no Brasil, por meio, do coletivo “Estudantes pela Liberdade” e o “Movimento Brasil Livre”, que se alia a partidos conservadores como o União Brasil e apoia setores tradicionais como a burguesia agrária a fim de estabelecer sua importância no campo conservador.

O Movimento Brasil Livre é considerado pequeno perto de outras entidades parecidas, fundadas anteriormente como o Instituto Liberal, de 1983, porém demonstra força ao eleger seus participantes a cargos políticos como no caso de Kim Kataguiri e Arthur do Val, além de possuir relevante influência nas redes sociais e com o público mais jovem.

Embora não tenham alterado as relações sociais, as Jornadas de Junho de 2013 influenciaram a crise da hegemonia responsável pelo impeachment de Dilma e a ascensão do governo Temer e posteriormente do governo Bolsonaro. A própria leitura dos documentos das entidades comprova que não havia tamanho desespero por parte das frações burguesas frente às revoltas populares, visto que apenas a Febraban construiu um relatório decorrente aquele ano. A própria captação do movimento parece ter sido favorável à burguesia, que pode colocar Temer na presidência, contudo, a crise da hegemonia e da autocracia não se resolveu de 2016 a 2018, visto que Temer não foi indicado como candidato da burguesia e sequer tentou a reeleição.

Durante seu governo Temer aprovou uma série de medidas que significaram grande retrocesso a classe trabalhadora, como a Emenda 95, congelando por vinte anos os gastos públicos relacionados a direitos fundamentais como Assistência, Saúde e Educação, a

aprovação da reforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, a assistencialização da proteção social e a desregulamentação do petróleo, equiparando o preço do petróleo ao do mercado internacional.

As Jornadas de Junho, foram mais desfavoráveis a classe trabalhadora, do que a burguesia, uma vez que a maioria de suas demandas foi ignorada a partir da cooptação do movimento pela direita conservadora, seguido por anos de reformas previdenciárias e trabalhistas que minaram ainda mais os direitos dos trabalhadores.

A burguesia, mesmo em crise da hegemonia, não passa nem perto de perder sua dominação, e, embora as relações sejam mais complexas do que um simples “ganhar ou perder”, se este fosse o fator a ser considerado, a burguesia teria saído vencedora. Sua capacidade de reprodução do capital e dominação se mantiveram, e embora parte da classe burguesa tenha se voltado para pensamentos mais extremistas, a classe que mais tem a perder com o conservadorismo, sempre será a classe trabalhadora.

As demandas das entidades foram incorporadas pelo Estado, pelas reformas do Governo Temer posteriormente ao Golpe de 2016 e com o Governo Bolsonaro, que aprovou a flexibilização ambiental, a liberalização da economia, o apoio às terceirizações estatais e o desmonte da saúde, fato fortemente citado em “Propostas da Indústria para as Eleições de 2022”, documento da CNI que focou em demandas relacionadas a saúde pós-covid-19.

Com a eleição de Bolsonaro certas demandas foram incorporadas ao Estado e ao Governo, seguindo tendências neoliberais, contudo o caráter reacionário e extremista do governo colocou em risco a dominação autocrática da burguesia. Casimiro (2020) afirma que a burguesia varejista, ou “nova direita”, se manteve com o bolsonarismo, além da burguesia agrária, que fora muito favorecida com o governo Bolsonaro, que passou uma série de legislações ambientais que favoreceram o agronegócio.

Contudo, a maior parte da burguesia abandonou a face fascista da autocracia optando pelo caráter democrático, assim elegendo Lula, demonstrando o ciclo do capitalismo, onde as frações burguesas escolhem e influenciam governos de acordo com suas necessidades, sem seguir uma agenda política estrita, valorizando apenas aquela que as der mais lucro. O poderio da burguesia está intrinsecamente ligado ao funcionamento do sistema e infelizmente, 2013 não se mostra revolucionário o suficiente para derrubá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal qual como Marx demonstrou em sua época, a luta de classes é o motor da história e os tensionamentos perdurarão por toda a existência do capitalismo. Para manter sua hegemonia e seu modelo de atuação, a autocracia, a burguesia brasileira, formada a partir de tantas particularidades, se adapta e readapta, buscando meios de manter seu poder, ora cedendo direitos, ora agindo de maneira mais repressora, passeando pela autocracia democrática e então para a fascista, para voltar a democrática tão facilmente. Enquanto classe dominante, a burguesia tenta controlar a linha que escreve a história da maneira que melhor desejar.

Enquanto para muitos, 2013 é a memória do levante de um povo cansado pelas tensões de classe e revoltado, a falta de emancipação e consciência demonstra que, enquanto não houver organização, a classe trabalhadora estará presa às contradições e à opressão. Os protestos desorganizados logo foram utilizados pela burguesia, inflacionando o pensamento popular ao modo que, o povo seguiu nas ruas nos próximos anos, exigindo pelo fim do governo Dilma e abrindo as portas do conservadorismo que tornou possível a ascensão de Bolsonaro, não apenas enquanto sujeito, mas também, como ideologia.

Por meio da pesquisa, compreende-se novas formas de organização e mobilização por parte dos setores burgueses após 2013, visto que, quase não há o surgimento de novas instituições, mas novas formas de mobilização, explorando os recursos digitais da internet, com quase nenhuma regulamentação, como redes sociais. A burguesia brasileira esteve muito mais assustada com a ameaça socialista distante que levou ao Golpe de 1964 do que com as Jornadas de Junho de 2013.

Junho de 2013, significa mais aos movimentos sociais e à classe trabalhadora, do que a burguesia, que facilmente moldou a narrativa a seus interesses, e construiu o tensionamento necessário para a manutenção da autocracia em 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Autores associados. Campinas. 2005.

BBC NEWS. **Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo>> Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL PARALELO. **O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa**. 30 ago 2022. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>> Acesso em: 07 set. 2024.

BOITO JR. Armando. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista de Sociologia e Política, 2007.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31- 38, Sept. 2013.

BOLETIM DA LIBERDADE. **História em comum do EPL, MBL e SFL é tema de reportagem da ‘Gazeta do Povo’**. Redação Boletim. 27 jun 2017. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/06/27/historia-em-comum-do-epl-mbl-e-sfl-e-t-ema-de-reportagem-da-gazeta-do-povo/>> Acesso em: 08 de setembro de 2024.

BRAGA, Ruy. **Terra em transe. In: as contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** Boitempo. São Paulo. 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 2020.

CNA [2014]. **O que esperamos do próximo presidente 2015-2018**. / Sistema CNA – Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/encontro-cna-confira-propostasapresentadas-pelos-presidenciaveis-para-agronegocio-8894>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

CNA [2018]. **Desburocratizar para crescer**. O agronegócio nacional e os seus aspectos burocráticos: desafios para promoção da competitividade. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/documentos-tecnicos/desburocratizar-para-crescer>> Acesso em: 01 de julho de 2024.

CNA. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/quem-somos-cna>. Acesso em 08/03/2020.

CNI [2012]. **Confederação Nacional da Indústria. 101 propostas para modernização trabalhista**. CNI, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacaotrabalhista/>>. Acesso em: 02 de julho de 2024

CNI [2014]. **Propostas da indústria para as eleições 2014.** – Brasília: CNI, 2014. 276 p.

Disponível em:

<<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/11/propostas-daindustria-para-as-eleicoes-2014/#propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014-caderno-42-desenvolvimento-regional-agenda-e-prioridades%20>> Acesso em: 02 de julho de 2024

CNI. **Institucional.** Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sindicatos-por-estado/>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

CNI [2022]. **Propostas da indústria para as eleições de 2022.** – Brasília: CNI, 2014. 82 p.

Disponível em:

<https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/44/8c/448c7a25-ee10-4e70-866e-d28a8657803f/doc_21_-_saude_web_v4.pdf>

DELGADO, Guilherme Costa. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. 2013.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.** Petrópolis: Vozes. 1996

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista.** 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

ESTUDANTES PELA LIBERDADE. **Quem somos.** 2016. Disponível em:

<<https://www.estudantespelaliberdade.com.br/index.php/apresentacao/>> . Acesso em: 09 set. 2024.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas.** Revista Crítica Marxista, n.28, p.81-98, 2009.

FEBRABAN [2012]. **Relatório Anual 2012.** Disponível em:

<https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Febraban_RA2012_11.pdf> Acesso em: 03 de julho de 2024.

FEBRABAN [2013]. **Relatório Anual 2013.** Disponível em:

<https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/FEBRABAN%20RA%202013_11_07_2014_final.pdf> Acesso em: 03 de julho de 2024.

FEBRABAN [2015]. **Relatório Anual 2015.** Disponível em:

<<https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/download/Febraban-RAO-2015.pdf>> Acesso em: 03 de julho de 2024.

FEBRABAN [2016]. **Relatório Anual 2016.** Disponível em:

<<https://relatorioanual2016.febraban.org.br/pt/index.htm>> Acesso em: 03 de julho de 2024.

FEBRABAN. **A Febraban.** Disponível em:

<<https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/ptbr/institucional>> Acesso em: 03 de julho de 2024.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan; PRADO JR., Caio. **Clássicos sobre a revolução burguesa**. Expressão Popular, 2012.

GAZETA DO POVO. Bruno Raphael Müller. **Estudantes pela Liberdade desafia hegemonia da esquerda**. 22 jun 2017. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-pela-liberdade-desafia-hegemonia-da-esquerda-9qk7kw1vsgnhu6ulrnup1s6kq/>> Acesso em: 07 set. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 1**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 3**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 2**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOVERNO FEDERAL. COVID-19 - Casos e Óbitos. Disponível em:

<https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html> Acesso em: 3 set. 2024.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola. 2005.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1986.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Jr., 2017.

IHU. **PL dos Aplicativos: urge evitar a iminente derrota cabal dos/as trabalhadores/as. Entrevista especial com Ricardo Antunes.** 2024. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/637654-pl-dos-aplicativos-urge-evitar-a-iminente-derrota-cabal-dos-as-trabalhadores-as-entrevista-especial-com-ricardo-antunes>> Acesso em: 10 jun. 2024

IHU. **Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia.** 2017. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-relacao-entre-precarizacao-do-trabalho-e-tecnologia>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INSTITUTO LIBERAL. Quem Somos. 2024. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/#1677042621569-442b0503-e631>> Acesso em: 09 set. 2024

INSTITUTO MILLENIUM. Sobre nós. 2024. Disponível em: <<https://institutomillennium.org.br/sobre/>> Acesso em: 09 set. 2024.

LEMOS, R. “**Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968)**”. In: 1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, p. 282-289, 2004.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução.** Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital.** São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 3: O processo global de produção capitalista.** Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil (origens da autocracia brasileira).** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. **Estado de contrainsurgência.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12 n. 3, 2018.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro - neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** Usina Editorial. Capítulos I, II, III, IV e V. Janeiro, 2020. Acesso em: 20 ago 2024.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MBL. Quem Somos. Disponível em: <<https://mbl.org.br/valores-principios>> Acesso em: 29 ago. 2014.

METRÓPOLES. MBL: entenda o que é e como surgiu o Movimento Livre Brasil. 2023. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/historia-em-fotos/mbl-entenda-o-que-e-e-como-surgiu-o-movimento-brasil-livre>>

NASCIMENTO, A.; SANTIAGO, R. N. **O Estado Capitalista na análise de Nicos Poulantzas. Captura Crítica: direito, política, atualidade.** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 196-219, 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** 2009. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1 ed. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 667-7.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma análise crítica.** São Paulo SP: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

OSORIO, Jaime. **Fundamentos da Superexploração. In.: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini /** Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

PEREIRA. A.P. **Política Social: temas e questões.** Cortez. 3ª ed. SP. 2011.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais Do Estado Capitalista Volume 1.** Porto: Portucalense, 1971.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. **Leviatã ou Behemoth? Verso e reverso da relação orgânica entre Estado e capitalismo na política social.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS. Universidade de Brasília. 2018.

RIBEIRO, Isabela Ramos. **BURGUESIA DEPENDENTE, BLOCO NO PODER E A CONFORMAÇÃO DA HEGEMONIA NO BRASIL ENTRE 2003 E 2018.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS. Universidade de Brasília. 2020

RIBEIRO, Isabela Ramos. **As lutas urbanas e o papel dos partidos políticos.** Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 75-96, jul./dez. 2013.

SALVADOR, Evilasio da Silva. **As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil.** Revista Política Social e Desenvolvimento,

n. 19, ano 03, maio de 2015. Disponível em: <
http://plataformapoliticasocial.com.br/wpcontent/uploads/2015/05/Revista_19.pdf. >

SFLB. **Sobre nós**. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/brazil/sobre-nos/>> Acesso em: 09 set. 2024.

SINGER, André. Brasil, **junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, Gerson. **A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. 2013.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. Expressão Popular. 2007.